



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**Evolução e configuração atual do preconceito face
a lésbicas e a *gays*: Um estudo comparativo**

Patrícia Henriques Conduto Bota

Orientação: Professora Doutora Madalena Melo

Mestrado em Psicologia

Área de especialização: *Psicologia da Educação*

Dissertação

Évora, 2017



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Psicologia

Especialização em Psicologia da Educação

Dissertação

***Evolução e configuração atual do preconceito face a
lésbicas e a gays: Um estudo comparativo***

Patrícia Henriques Conduto Bota

Orientadora:

Professora Doutora Madalena Melo

Évora, maio de 2017

Agradecimentos

À Professora Madalena, por todo o apoio, sabedoria e amizade.

À família, a minha grande dádiva.

Aos amigos, verdadeiros.

Ao Diogo, o amor.

A mim mesma, por não ter desistido.

À vida, por me mostrar que *para colher rosas é preciso suportar os espinhos*.

Evolução e Configuração Atual do Preconceito face a Lésbicas e a Gays: Um Estudo Comparativo

Resumo

Partindo da compreensão da multidimensionalidade do preconceito na expressão de atitudes relativamente a pessoas LGBT, este estudo tem como principal objetivo analisar a evolução e a configuração atual do preconceito sexual na sociedade portuguesa, através da comparação de resultados obtidos em 2013 e 2016. Com recurso a respostas/atitudes de participantes de diferentes regiões do país, recolhemos uma amostra composta por 369 participantes (N=369) em 2013, e por 315 participantes (N=315) em 2016, perfazendo uma amostra final de 684 participantes (N=684).

Em ambos os momentos foram aplicados dois instrumentos, nomeadamente: Questionário de Caracterização Sociodemográfica e Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays (Gato, Fontaine, & Carneiro, 2012).

Os principais resultados obtidos sugerem que, tanto em 2013 como em 2016, o género, a idade, a escolaridade, as relações familiares e/ou de amizade com pessoas não heterossexuais, o posicionamento político e a religiosidade dos/as participantes, se encontram relacionados com a expressão de preconceitos em relação a lésbicas e a gays.

Palavras-chave: orientação sexual, preconceito sexual, homopatologização, heterossexismo, heterossexismo moderno, suporte à comunidade LGBT.

Evolution and Contemporary Configuration of Prejudice towards Lesbians and Gay Men: A Comparative Study

Abstract

Through the comprehension of prejudice multidimensionality in the expression of attitudes toward LGBT people, this study aims to analyse the evolution and the contemporary configuration of sexual prejudice in Portuguese society, by comparing results obtained in 2013 e 2016. We assess this question based on the responses/opinions given by people from different Portuguese regions, which allowed us to collect a sample of 369 participants (N=369) in 2013, and 315 participants (N=315) in 2016, in a final sample of 684 participants (N=684).

In both moments, the following instruments have been applied: a Sociodemographical Data Questionnaire and the Multidimensional Scale of Attitudes toward Lesbians and Gay Men (Gato, Fontaine, & Carneiro, 2012).

The main results suggest that the participants' gender, age, educational level, political ideology, family or friendship relationships with non-heterosexuals, political ideology and religious beliefs are related to the expression of prejudice against lesbians and gay people.

Key Words: Sexual orientation, sexual prejudice, homopathologization, heterosexism, modern heterosexism, support to LGBT community.

ÍNDICE

Introdução	1
Parte I – Enquadramento teórico	4
Capítulo 1 – Orientação sexual: Da patologização à construção de um percurso de mudança e igualdade de direitos	4
1.1. Orientação sexual: alguns conceitos teóricos	4
1.2. Patologização da homossexualidade	6
1.3. Primeiros passos na despatologização da homossexualidade	12
1.4. Modelos de construção da identidade sexual	15
1.5. Novas perspetivas sobre a homossexualidade	17
1.6. Expressão da identidade sexual homossexual	19
1.7. O contexto LGBT em Portugal: evolução política, jurídica, legislativa e associativa	21
Capítulo 2 – Evolução do preconceito num contexto global de hegemonia heterossexual	25
2.1. Preconceitos, estereótipos, discriminação e assimetrias nas relações intergrupais	25
2.2. Novas formas de preconceito: Manifestações de heterossexismo tradicionais e modernas	29
2.3. Manifestações de preconceito/discriminação em função da orientação sexual: alguns dados relevantes a nível internacional e nacional	32
Parte II – Estudo Empírico	37
Capítulo 1 – Objetivos e questões de investigação	37
Capítulo 2 – Metodologia	39
2.1. Considerações prévias	39
2.2. Participantes/Amostra	39
2.2.1. <i>Participantes – 2013</i>	40
2.2.2. <i>Participantes – 2016</i>	40
2.2.3. <i>Amostra Total</i>	40
2.3. Dados de caracterização e distribuição amostral	40
2.4. Instrumentos	44
2.4.1. <i>Questionário de Caracterização Sociodemográfica</i>	44
2.4.2. <i>Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays – EMAFLG (Gato, Fontaine, & Carneiro, 2012)</i>	44
2.5. Procedimentos	46
2.5.1. <i>Procedimentos de recolha de dados</i>	46

2.5.2. Procedimentos de análise de dados	47
Capítulo 3 – Apresentação e análise de resultados	49
3.1. Análise da Consistência Interna da EMAFLG	49
3.2. Análise das relações entre as subescalas da EMAFLG.....	49
3.3. Análise descritiva da EMAFLG	51
3.4. Análise Inferencial dos resultados – comparação de médias das subescalas da EMAFLG	52
3.4.1. <i>Em função do ano de resposta (teste t-Student)</i>	52
3.4.2. <i>Em função do ano de resposta e do género dos/as participantes (teste t- Student)</i>	53
3.4.2.1. <i>Em função do ano de resposta e do género feminino (teste t-Student)</i> ...	54
3.4.2.2. <i>Em função do ano de resposta e do género masculino (teste t-Student)</i> . 55	
3.4.3. <i>Em função do ano de resposta e da idade dos/as participantes (ANOVA oneway)</i>	56
3.4.4. <i>Em função do ano de resposta e da escolaridade dos/as participantes (teste t-Student)</i>	57
3.4.5. <i>Em função do ano de resposta e das relações familiares e/ou de amizade com pessoas lésbicas e gays (teste t-Student)</i>	58
3.4.6. <i>Em função do ano de resposta e do posicionamento político dos/as participantes (teste t-Student)</i>	59
3.4.6.1. <i>Em função do ano de resposta e do posicionamento político “Esquerda/Centro Esquerda” (teste t-Student)</i>	60
3.4.6.2. <i>Em função do ano de resposta e do posicionamento político “Direita/Centro Direita” (teste t-Student)</i>	61
3.4.7. <i>Em função do ano de resposta e do posicionamento religioso dos/as participantes (ANOVA oneway)</i>	62
3.4.7.1. <i>Em função do ano de resposta e do posicionamento religioso “Nada religioso/a” (teste t-Student)</i>	63
3.4.7.2. <i>Em função do ano de resposta e do posicionamento religioso “Pouco religioso/a” (teste t-Student)</i>	64
3.4.7.3. <i>Em função do ano de resposta e do posicionamento religioso “Religioso/a” (teste t-Student)</i>	65
Discussão global dos resultados	66
Conclusões gerais	72
Referências	77
Legislação	84
Anexos.....	85

Introdução

Numa sociedade em que cada vez mais assistimos à chamada de atenção para conceitos como a tolerância e a igualdade de direitos, as normas sociais são bem claras na condenação de atitudes e comportamentos discriminatórios face aos denominados grupos minoritários.

Não obstante, as sociedades ocidentais atuais estão, ainda, ancoradas em padrões eminentemente homofóbicos e heterossexistas encarando qualquer forma de diversidade sexual com estranheza, preconceito e discriminação (Saavedra & Ferreira, 2013).

Apesar de todas as mudanças sociais, políticas e legislativas, a investigação revela que o preconceito tende a assumir formas menos claras e explícitas, que permitem que atitudes e comportamentos discriminatórios permaneçam enraizados a nível individual e nas relações interpessoais e que sejam alvo de pouca ou nenhuma crítica e punição sociais. A investigação sugere que apesar do preconceito mais “flagrante” continuar presente, os argumentos e as atitudes desenvolveram-se de modo a refletir normas politicamente corretas, o que não resulta num aumento vincado de visões igualitárias ou antipreconceito, mas sim na emergência de formas de preconceito “subtil”, menos detetado (Dovidio & Gaertner, 2000; Gato, Fontaine, & Carneiro, 2012; Krolkowski, 2011; Pettigrew & Meertens, 1995).

Como tal, consideramos interessante e crucial compreender as direções da evolução do preconceito e a sua configuração atual em Portugal, com base num estudo que nos permita compreender e contrastar os resultados obtidos, em dois momentos distintos (2013 e 2016). Embora existia muita literatura na área da Psicologia, sobre questões LGBT, esta tem permanecido relativamente invisível e de difícil acessibilidade aos profissionais (Goldfried, 2001, *cit. in* Moleiro, Pinto, & Pereira, 2012), o que é especialmente notório em Portugal, onde os estudos sobre orientação sexual e identidade de género permanecem numa fase embrionária (Vale de Almeida, 2010).

Tal como referem Moleiro et al. (2012, p. 8), é essencial que se perpetue a “disseminação de trabalhos científicos desenvolvidos neste domínio e o processo de *mainstreaming* da literatura e temáticas LGBT, fazendo-as chegar perto de profissionais de saúde, de saúde mental, de educação, de intervenção social, e muitos outros”.

Acreditamos que este estudo possa também contribuir para a disseminação de produção científica com foco no pluralismo inerente às questões LGBT e que, a par,

possa abrir novos caminhos para a resposta à questão: porque devemos “ensinar” as pessoas a serem mais tolerantes? Para que seja reforçada a aceitação da diversidade com base em princípios de igualdade, pois quando as pessoas vivem em paz com as suas diferenças e conscientes da sua igualdade, significa que aprenderam a tolerar-se (Vogt, 1997).

Este trabalho é composto por duas partes, correspondendo a primeira parte ao *Enquadramento teórico* e a segunda ao *Estudo empírico*. Seguidamente, e tendo em conta as duas partes que compõem a dissertação, é elaborada a *Discussão global de resultados* e as *Conclusões gerais* do estudo. Por fim, são apresentadas as *Referências bibliográficas* e a *Legislação* consultadas e, na secção correspondente aos *Anexos*, são incluídos os instrumentos de avaliação e recolha de dados utilizados e os dados de caracterização sociodemográfica dos/as participantes.

O enquadramento teórico engloba dois capítulos. No primeiro capítulo é elaborada uma breve apresentação de conceitos relevantes nas questões de orientação sexual, é feito um enquadramento da evolução histórica, social e cultural da homossexualidade, a nível global e nacional, desde a visão patológica, legitimada pela Ciência, à construção de um percurso igualitário e tolerante. São apresentados alguns modelos que teorizam o processo de construção da(s) identidade(s) LGBT, responsáveis pelo surgimento de novas conceções sobre a homossexualidade e com impacto nas questões de (in)visibilidade e, conseqüentemente no *coming out* e nas experiências físicas e psicológicas de pessoas não-heterossexuais.

O segundo capítulo conceptualiza e aborda o preconceito e outros construtos relacionados com crenças, atitudes e comportamentos hostis relativamente às pessoas LGBT e o modo como estes condicionam as assimetrias nas relações e na distribuição de poder entre grupos sociais. São também abordadas, a partir do conceito de heterossexismo, novas formas, modernas, mais subtis e refinadas, de manifestação de preconceito com base na orientação sexual. Ainda no segundo capítulo são apresentadas algumas investigações, internacionais e nacionais, que demonstram a configuração mais recente do preconceito a vários níveis.

A segunda parte da dissertação corresponde, tal como acima mencionado, à componente empírica da dissertação, que é composta por três capítulos principais. No primeiro capítulo são referidos os objetivos e as questões de investigação e, no segundo capítulo, são introduzidos os aspetos metodológicos, instrumentais e procedimentais envolvidos no estudo. No terceiro capítulo são apresentados e analisados os dados recolhidos, por forma a que sejam, posteriormente, confrontados

com os objetivos e as questões de investigação delineadas e, claro, com a revisão da literatura, na secção correspondente à *discussão global de resultados*.

Por fim, são apresentadas algumas *conclusões* em forma de síntese, bem como algumas recomendações e considerações finais em torno das limitações e potencialidades do estudo, de forma a evidenciar a sua pertinência para investigações futuras.

Desde já pretendemos deixar a referência de que, apesar deste estudo se focar somente nas atitudes de pessoas heterossexuais, relativamente a pessoas lésbicas e *gay*, optámos por utilizar também a sigla LGBT ou a expressão “pessoas não-heterossexuais”, de modo a nos referirmos à pluralidade de orientações e identidades minoritárias, que acabam por relatar e vivenciar experiências e constrangimentos similares, bem como recorrer a escrita o mais inclusiva possível, ao longo da redação de toda a dissertação.

Parte I – Enquadramento teórico

Capítulo 1 – Orientação sexual: Da patologização à construção de um percurso de mudança e igualdade de direitos

1.1. Orientação sexual: alguns conceitos teóricos

A orientação sexual é definida pela American Psychological Association - APA (2015, p. 22) como “*the sex of those to whom one is sexually and romantically attracted. Categories of sexual orientation typically have included attraction to members of one’s own sex (gay men or lesbians), attraction to members of the other sex (heterosexuals), and attraction to members of both sexes (bisexuals)*”.

Para além da referência aos sentimentos sexuais ou eróticos, pensamentos, fantasias e/ou comportamentos que servem para definir a orientação sexual, importa referir que estes estão presentes desde uma idade bastante precoce, pelo que a orientação sexual é considerada enquanto processo que decorre ao longo do ciclo de vida e não enquanto um evento único (Savin-Williams, 1990 *cit. in* Pereira, Leal, & Maroco, 2010).

Os estudos de Fritz Klein, que se centrou no desenvolvimento de um modelo multidimensional da sexualidade, afirmam que a orientação sexual deve ser analisada, mediante um *continuum* temporal, em sete aspetos distintos: (1) atração sexual; (2) comportamento sexual; (3) fantasias sexuais; (4) preferências emocionais; (5) preferências sociais; (6) estilo de vida homossexual ou heterossexual; (7) autoidentificação (Pereira et al., 2010).

Por seu lado, e de acordo com Herek (2000), o estudo das questões relativas à homossexualidade deve ter em conta diferentes componentes: (i) desejo e atração sexual – face a pessoas do mesmo sexo; (ii) comportamento sexual – entre pessoas do mesmo sexo; (iii) identidade – desenvolvimento de identidades ou de um *self* que é definido em termos das atrações, comportamentos e relações de cada pessoa (iv) relacionamentos e família – dinâmicas das relações e questões de parentalidade; (v) comunidades – experiência de pertença e de envolvimento em comunidades homossexuais.

Apesar da utilização frequente de termos como homossexual ou heterossexual, a orientação sexual não se constrói numa base dicotómica e, atualmente, tende a ser entendida como um *continuum*. Embora pareça existir alguma estabilidade nas relações sexuais e afetivas, a investigação reconhece também a existência de uma

grande variabilidade e fluidez no desenvolvimento da(s) sexualidade(s), que coloca as pessoas neste *continuum* (Herek, 2010; Weinstein, Ryan, DeHaan, Przybylski, Legate, & Ryan, 2012).

Marshall & Hernandez (2012) apresentam a definição de sexo, relacionado com o sexo biológico, determinado por vários indicadores internos e externos como os cromossomas e os órgãos sexuais e que, tal como referido pela APA (2015), é de modo comum categorizado em masculino, feminino ou intersexo.

Por seu lado, de acordo com a APA (2015), o género refere-se a atitudes, sentimentos e comportamentos associados ao sexo biológico, por determinada cultura. A expressão de género inclui aspetos como a apresentação, a aparência física, o modo de vestir e o comportamento, que comunicam aspetos de género ou de papéis de género que podem, ou não, estar em conformidade com a identidade de género (APA, 2015).

A identidade de género é um aspeto interno que tem por base um sentimento inerente e profundo de identificação com o género masculino, com o género feminino ou com um género alternativo, que podem, ou não, corresponder ao sexo biológico ou às características sexuais primárias ou secundárias das pessoas (APA, 2015).

Nos estudos elaborados em torno da temática da orientação sexual, deparamo-nos, frequentemente, com os acrónimos *LGB*, *LGBT*, *LGBTQ* ou ainda *LGBTQI*¹. Na sua extensão, o acrónimo *LGBTQI* significa *Lésbica, Gay, Bissexual, Transgénero*, a letra “Q” pode referir-se a “*Questioning*” ou “*Queer*” (Marshall & Hernandez, 2012) e por último, a letra “I” refere-se a intersexo.

O conceito de *transgénero* pode ser explicado como “term that incorporates differences in gender identity wherein one’s assigned biological sex doesn’t match their felt identity. (...) includes persons who do not feel they fit into a dichotomous sex structure through which they are identified as male or female” (Meier & Labuski, 2013 *cit. in* APA, 2015).

Enquanto o “*Questioning*” se refere a pessoas que estão numa fase de exploração, ou que têm dúvidas ou questionam a sua orientação sexual ou a sua identidade de género (Marshall & Hernandez, 2012), o termo “*Queer*” refere-se a pessoas que cuja orientação sexual, identidade de género ou expressão de género, não estão em conformidade com as normas sociais dominantes. Historicamente, tem sido considerado um termo pejorativo, todavia continua a ser utilizado por alguns/algumas jovens que o adotam no sentido de não se limitarem à dicotomia de género masculino/feminino ou às limitações impostas pelas categorias mais

¹ Ao longo desta dissertação será utilizado o acrónimo LGBT.

frequentemente associadas à orientação sexual (lésbica, *gay* e bissexual) (Rivers, 2010 *cit. in* APA, 2015).

O termo *intersexo* diz respeito a inúmeras condições associadas a um desenvolvimento atípico das características sexuais físicas (APA, 2006 *cit. in* APA, 2015), como por exemplo inconsistência entre os genitais externos e os órgãos reprodutivos internos (APA, 2006 *cit. in* APA, 2015).

A utilização desta sigla em toda a sua extensão pode gerar algumas dúvidas na sua interpretação, mas assenta no reconhecimento da necessidade de abarcar a(s) sexualidade(s), as experiências e as vivências de todas as pessoas, de forma inclusiva e com base na diversidade (Clarke, Ellis, Peel, & Riggs, 2010).

Importa apresentar também, alguns conceitos que surgem à luz da perspectiva dicotómica sobre a orientação sexual e que são instituídos numa base sólida de preconceito sexual e de hegemonia heterossexual. Nesta ordem de ideias, apresentamos o conceito de *heteronormatividade*, formulado a partir de concepções que validam a heterossexualidade enquanto norma universal, e classificam a homossexualidade, enquanto conceito oposto à heterossexualidade, como o desvio a essa norma (Dinis, 2011). A heterossexualidade é entendida e experienciada enquanto única possibilidade legítima e natural de expressão identitária e sexual. Nesse sentido, a homossexualidade é vista como desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade e pecado, uma vez que a heteronorma atua na construção, legitimação e hierarquização de determinados tipos de corpos, identidades, expressões, comportamentos, estilos de vida, relações e poder (Junqueira, 2007).

Relacionado com a heteronormatividade, surge o conceito de *heterossexismo*, que iremos aprofundar no próximo capítulo, mas que, de um modo geral, assenta em concepções e crenças tais como a de que todas as pessoas são heterossexuais (Marshall & Hernandez, 2012).

De referir também a *homonegatividade*, que, tal como o próprio termo indica, se refere às atitudes e às crenças negativas em relação às pessoas LGBT (Hudson & Ricketts, 1980 *cit. in* Retelle, 2011).

A *homofobia* é outros dos construtos de revelo que iremos abordar e concetualizar, num subcapítulo específico.

1.2. Patologização da homossexualidade

Em 1972, surge o termo *homofobia*, cunhado por George Weinberg, cuja definição consiste no medo irracional da homossexualidade, à semelhança de outras fobias descritas pela própria Psicologia (Adam, 1998). Este é considerado o primeiro

marco histórico na conceptualização das questões relativas à orientação sexual a nível mundial (Herek, 2004).

Na definição do conceito homofobia, a utilização do termo “irracional” é bastante significativa, pois permite que a condenação e o medo da homossexualidade sejam, de certa forma, legitimados e, que a violência, a privação e a separação entre grupos, que derivam da homofobia, sejam explicados por esta “irracionalidade” (Samis, 1995).

Contudo, este novo termo permitiu também a cristalização e a exposição de experiências de rejeição, de hostilidade e de invisibilidade a que estão sujeitas as pessoas não-heterossexuais e descentralizou a “problemática” da homossexualidade das pessoas LGBT, colocando a tónica nas questões de intolerância por parte das pessoas heterossexuais (Herek, 2004).

Weinberg enfatizou ainda a relação entre o conceito de homofobia e as normas de género, sobretudo as masculinas, socialmente instituídas (Herek, 2004). Estudos mais recentes, como os de Alden & Parker (2005), focam-se também na relação entre homofobia e a ideologia tradicional inerente aos papéis de género. A homofobia parece ser legitimada pela transgressão ou pela não-conformidade com as normas e com os papéis de género, uma vez que a heterossexualidade continua a ser ideologicamente associada a papéis de género masculinos e femininos “normais” e a homossexualidade é vista como o equivalente à violação desses papéis (Alden & Parker, 2005; Herek, 2004; Junqueira, 2007; Rios, 2009).

Para Junqueira (2007), a homofobia é um fenómeno intrinsecamente relacionado com questões de género, que diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitários, todos eles focados em tornar natural, impor e legitimar uma única sequência de sexo-género-sexualidade, centrada na heterossexualidade e rigorosamente regida por normas de género.

Segundo Herek (2000) as críticas às limitações e a não-consensualidade em torno do termo homofobia – por exemplo, o facto de sugerir que a hostilidade contra pessoas homossexuais representa uma condição clínica (fobia) e não um fenómeno social, semelhante ao racismo e ao antissemitismo, levaram à sua redefinição e ao surgimento de um novo conceito, amplamente aceite, denominado heterossexismo.

Proposto por Morin, em 1977, *heterossexismo* é definido como a promoção de um estilo de vida heterossexual em detrimento do estilo de vida homossexual, que, como tal, comporta um sentimento de marginalização da existência e da experiência de pessoas não-heterossexuais, no campo individual e institucional (Samis, 1995). Por

outras palavras, heterossexismo assume-se como a manifestação clara e direta de que o mundo “deveria ser” exclusivamente heterossexual (Alden & Parker, 2005).

Herek (2004) afirma que o conceito de heterossexismo abarca todos os sistemas que incitam à antipatia contra pessoas não-heterossexuais, nos quais se incluem crenças sobre gênero, moralidade e concepções de que a homossexualidade é sinónimo de “perigo” e que as minorias sexuais são “desviantes”, pecaminosas; portanto, sistemas que justificam a hostilidade, a discriminação e a violência sempre que apropriadas e necessárias.

O autor acrescenta que o heterossexismo perpetua o estigma social ao negar os comportamentos, as identidades, as relações e as comunidades não-heterossexuais; legitima a existência de relações hierárquicas de poder e de estatuto, onde a homossexualidade é considerada inferior à heterossexualidade; classifica as pessoas e comunidades LGBT, e as suas relações, como doentes, invisíveis, imorais, criminosas, desviantes (Herek, 2004).

Em suma, tanto o heterossexismo, como a homofobia são conceitos que surgem enraizados: (1) em padrões normativos de comportamento que distinguem “normal” e “desviante”; (2) na forma como estes padrões atuam na objetificação e vitimização das minorias sociais e dos grupos marginalizados (Samis, 1995).

Por conseguinte, apesar de no discurso corrente a palavra heterossexismo ser utilizada enquanto sinónimo de homofobia, a maioria dos teóricos considera que o heterossexismo descreve uma ideologia cultural manifestada através das instituições sociais, enquanto a homofobia assenta nas atitudes e nas ações individuais que derivam dessa mesma ideologia (Herek, 2004; Rios, 2009).

Não obstante a introdução do conceito de homofobia ter trilhado diversos caminhos à consciência social global relativamente à opressão sexual das minorias, continua a ser necessário entender os processos psicológicos, sociais e culturais que sustentam essa opressão e a hostilidade com base na orientação sexual (Herek, 2004).

Historicamente, o construto de *orientação sexual* é recente, pois embora os comportamentos e desejos heterossexuais e homossexuais sejam atualmente reconhecidos e estabelecidos, o significado desses comportamentos e atrações tem variado ao longo de diferentes eras e períodos históricos e culturais (Herek, 2010).

O estudo das questões ligadas à orientação sexual e identidade de gênero implica um posicionamento epistemológico que, na literatura, é distinguido entre duas modalidades: as *essencialistas* e as *construcionistas sociais*.

Iremos, primeiramente, debruçar-nos sobre as *perspetivas essencialistas*, que foram dominadas por áreas como a *Sexologia* e a *Psiquiatria* e pelo *Saber Biomédico*,

e que partindo da especificação da homossexualidade, seguem para a análise das causas e efeitos dessa condição numa conceção patologizante das sexualidades não-heterossexuais (Oliveira, 2010). Importa, pois considerar alguns dos contributos de carácter essencialista, mencionando alguns dos teóricos cujos estudos foram cruciais na conceptualização da homossexualidade como patologia.

Karl-Heinrich Ulrichs introduziu, por volta de 1864, o conceito de “migração natural da alma”, com terminologia que classificava homens e mulheres cuja alma “migrava” para um corpo do sexo oposto, explicando o desejo de entre pessoas do mesmo sexo. Com base nesta teoria, foi um dos primeiros investigadores a atribuir os comportamentos homossexuais a uma categoria específica de pessoas, que designou como “*Urnig*” (pessoas com um corpo masculino, psique feminina, que desejam outros homens) e “*Urnigin*” (pessoas com um corpo feminino, psique masculina, que desejam outras mulheres) (Clarke et al., 2010).

Posteriormente, John Addington Symonds utilizou o termo inversão para definir comportamentos não-heterossexuais. Defendia que as atrações entre pessoas do mesmo sexo eram inversões à heteronorma, mas não as considerava patológicas (Ritter & Terndrup, 2002).

Em 1884, Richard Freiherr von Krafft-Ebing, psiquiatra e conhecido como o “pai” da sexologia, serviu-se das conceções que consideravam a homossexualidade enquanto perversão sexual, através da publicação da sua obra *Psychopathia Sexualis* (que incluía relatos de pessoas não-heterossexuais). Na sua maioria, esta obra centra-se na visão da homossexualidade enquanto patologia e da sexualidade não-reprodutiva enquanto doença; visão que rapidamente se alastrou à comunidade científica e às pessoas em geral (Clarke et al., 2010).

O sexólogo Henry Havelock Ellis, publicou entre 1897 e 1910 a obra *Studies in the Psychology of Sex*, que desafiou os valores morais que impediam uma discussão pública, aberta e científica da sexualidade, ao afirmar que a homossexualidade consistia numa anomalia biológica com raízes congénitas e hereditárias (Frazão & Rosário, 2008). Contrariando a perspetiva da homossexualidade enquanto resultado de uma escolha e assente em comportamentos pecaminosos ou criminosos, considerava as pessoas homossexuais como homens e mulheres “normais” (Frazão & Rosário, 2008).

Também por volta de 1897, os contributos do sexólogo Magnus Hirschfeld foram bastante importantes para os primeiros modelos de pensamento sobre a sexualidade, ao interligar a ciência e a preocupação política com os direitos das pessoas homossexuais, pois apesar de entender como fisiologicamente diferente, considerava a homossexualidade um fenómeno natural (Oliveira, 2010).

A cientificação e o aumento dos estudos essencialistas que se centravam na busca e na tentativa de explicação da etiologia da homossexualidade, estenderam-se até, e ao longo, de todo o século XX (Clarke et al., 2010), defendendo que a orientação sexual é determinada biologicamente ou adquirida em etapas precoces do desenvolvimento (Eliason & Schope, 2007).

Para além da Psiquiatria, da Sexologia e do Saber Biomédico, também a *Psicologia* teve o seu impacto na classificação da homossexualidade enquanto patologia ou perturbação mental, sobretudo através das correntes psicanalíticas e das correntes comportamentalistas.

É de ressaltar, no seio das *correntes psicanalíticas*, o trabalho de Sigmund Freud que se focou no estudo do desenvolvimento psicosexual e do prazer como base da sexualidade e do sexo, afastando-se de concepções de sexualidade com fins meramente reprodutivos. Como tal, não partilhava da opinião da maioria dos teóricos da sua época: a sexualidade com fins reprodutivos era saudável e, claro, a sexualidade sem fins reprodutivos seria sinónimo de patologia (Clarke et al., 2010).

Defendeu que as pessoas nascem bissexuais, mas aprendem a controlar os seus impulsos bissexuais inatos através da restrição dos seus desejos eróticos pelas pessoas do mesmo sexo, dirigindo-os a pessoas do sexo oposto (Ritter & Terndrup, 2002). Dessa forma, enquanto o debate em torno da homossexualidade se centrava, frequentemente, na questão “*nature vs. nurture*”, a pesquisa de Freud - nomeadamente a teoria da bissexualidade inata e da heterossexualidade enquanto resolução normal do processo de desenvolvimento psicosexual, culturalmente adequada - foi utilizada para interpretar e legitimar os fatores ambientais que determinam a homossexualidade enquanto comportamento que é aprendido e, como tal, pode ser “desaprendido” (Fricke, 2010). Tal, consistiu numa forma de aproveitamento perversa da teoria de Freud, visto que as perspetivas neo-freudianas ou pós-freudianas a “distorceram” por forma a validar a homossexualidade enquanto patologia. Apesar de Freud não ter afirmado nem reconhecido a homossexualidade como doença mental, a interpretação feita a partir do seu trabalho, validava a heterossexualidade como expressão saudável de amor e atração sexual.

Ainda no seio da Psicologia, e relativamente a questões de patologização da homossexualidade, as *correntes comportamentalistas* que entendiam a homossexualidade como falha na aprendizagem dos afetos e da sexualidade e como hábito, utilizavam abordagens terapêuticas que se centram relação com o prazer. Neste sentido, o seu objetivo era reduzir o prazer obtido nas relações homoeróticas e aumentar o prazer nas relações heterossexuais. Ficaram conhecidas por “terapias aversivas” de reversão ou de conversão e recorriam a métodos como os

eletrochoques ou a administração de drogas que permitiam o emparelhamento entre um estímulo aversivo com potenciais estímulos eróticos (Moita, 2001).

Ainda dentro das perspectivas essencialistas, as concepções mais ligadas à *Biologia*, defendem que a orientação sexual é determinada de forma biológica ou adquirida em etapas muito precoces do desenvolvimento e desenrola-se mediante três linhas de investigação distintas, nomeadamente: (1) a teoria da exposição hormonal pré-natal, que coloca a hipótese de que o sistema endócrino, através das hormonas, masculiniza ou feminiza o cérebro do feto em desenvolvimento, determinando a orientação sexual de cada pessoa (Frazão & Rosário, 2008; Jenkins, 2010); (2) análise molecular das sinapses neuronais, que analisa as diferenças neuro-anatómicas entre heterossexuais e homossexuais, a interação entre padrões hormonais e organização anatómica, partindo do princípio de que o cérebro dos homens *gay* se assemelha ao cérebro de mulheres heterossexuais, enquanto o cérebro de mulheres lésbicas se assemelha ao cérebro de homens heterossexuais (Jenkins, 2010); (3) influência genética na determinação da orientação sexual (Clarke et al., 2010), considerando que a homossexualidade é genética e que quanto mais semelhantes forem as pessoas, igualmente semelhantes serão as suas orientações sexuais (Frazão & Rosário, 2008; Ritter & Terndrup, 2002).

As perspectivas essencialistas foram alvo de várias críticas, principalmente pelo facto da investigação partir de pressupostos heterossexistas e heteronormativos, para os quais a heterossexualidade é a norma e a homossexualidade a anomalia desenvolvimental que necessita de ser explicada, o que as torna pouco conclusivas e consistentes (Clarke et. al., 2010).

O corpo teórico destes estudos, embora certamente enviesado pelo clima social da época, serviu de base para o desenvolvimento de um conjunto de teorias biológicas, sociológicas e psicológicas que marcaram o estudo da homossexualidade que se estenderam até ao século XX (Frazão & Rosário, 2008).

Por seu lado, as teorias *construcionistas sociais* consideram que as orientações sexuais são resultado de construções sociais, centrando-se na análise das condições contextuais e recusam a posição essencialista. No estudo da homossexualidade, os métodos dos construcionismo social deixam de centrar-se no questionamento da razão pela qual as pessoas são homossexuais, para procurar conhecer quais as condições sociais que permitiram a emergência da ideia de que a homossexualidade constitui uma identidade humana (Moita, 2001).

As teorias construcionistas avaliam a forma como as questões étnicas, sociais culturais e políticas influenciam a concetualização da orientação sexual, centrando-se na construção da identidade, através de múltiplas interações sociais.

No seio das teorias construcionistas sociais são referência: o artigo de Kenneth Plummer (*Stigma*, de 1975), que afirma que as pessoas não nascem homossexuais, mas que se podem tornar homossexuais, pois apesar do desejo sexual poder ser inato, só é aprendido como identidade homossexual através da interação social; e o livro de Jeffrey Weeks (*Coming out*, de 1977) que distingue o comportamento homossexual que considera universal, da identidade homossexual que considera historicamente construída (Moita, 2001).

Ao sublinhar a perspetiva da construção social da sexualidade, o construcionismo social foi alvo de críticas que colocam a homossexualidade associada a uma escolha voluntária da orientação sexual que veio dificultar a aceitação, por parte da população em geral, dos comportamentos sexuais entre pessoas do mesmo sexo (Moita, 2001).

Apesar das descobertas e de todos os avanços que se começaram a verificar mais tarde, principalmente ao longo dos anos 50 do século XX, a maioria dos psiquiatras e psicólogos continuou a considerar a homossexualidade como algo “anormal”, o que se refletia na investigação produzida na época, que se focava, essencialmente, em três questões: “Os homossexuais são doentes?”, “Como pode ser diagnosticada a homossexualidade?” e “Quais são as causas da homossexualidade?” (Clarke et al., 2010).

1.3. Primeiros passos na despatologização da homossexualidade

De facto, e tal foi acima referido, os anos 50 foram marcados pelos primeiros passos para a mudança e para o distanciamento das conceções patológicas da homossexualidade que continuavam a ser fundamentadas pela legitimação do heterossexismo e por estigmas e estereótipos associados à prática profissional com minorias sexuais.

As publicações de Alfred Kinsey acerca do comportamento sexual de homens, em 1948, seguido da publicação, em 1953, da sua obra sobre a sexualidade feminina (Herek, 2010), vieram defender que os comportamentos homossexuais são bastante frequentes (e como tal, “normais”) e que a preferência sexual e as experiências sexuais entre pessoas do mesmo sexo variam ao longo do ciclo de vida (Clarke et al., 2010). Após verificarem esta diversidade e flexibilidade na sexualidade humana, Kinsey, e os seus colegas, rejeitaram a categorização dicotómica “homossexual”, “heterossexual” e, partindo para a noção de um *continuum* no que respeita à

orientação e ao comportamento sexual, no qual as pessoas se posicionam livremente (Clarke et al., 2010; Pereira et al., 2010).

Por volta da mesma altura, os estudos de Ford e Beach acerca dos padrões culturais do comportamento sexual, corroboravam o trabalho de Kinsey, evidenciando que o comportamento sexual homossexual se manifesta em muitas espécies animais e que é considerado normal e socialmente aceite em várias sociedades (Herek, 2010).

Em meados dos anos 50, a psicóloga americana Evelyn Hooker, publicou o primeiro estudo comparativo do funcionamento psicológico numa amostra não-clínica de pessoas homossexuais e heterossexuais. Hooker e investigadores seus sucessores demonstraram, através resultados obtidos, que não se identificam diferenças entre o ajustamento psicológico de pessoas heterossexuais e homossexuais, nem quaisquer indicadores de psicopatologia nas pessoas homossexuais (Herek, 2010).

A contribuição do ativismo e das pesquisas de Evelyn Hooker e dos teóricos seus sucessores, foram utilizadas pelos/as ativistas na luta pelos direitos das pessoas homossexuais e confrontaram diretamente instituições e profissionais ligados à prática da psiquiatria e da psicologia, reclamando a revisão da conceção patológica da homossexualidade sob o escrutínio e debate científico (Herek, 2010).

Contundo, é no início dos anos 70 que assistimos ao evento histórico que marca o início da despatologização da orientação sexual homossexual e que consiste na retirada, por parte da *American Psychiatric Association*, da homossexualidade do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (2nd Edition – 6.^a impressão)*, de 1973 (*DSM-II*).

A primeira edição do *DSM* (*American Psychiatric Association*, 1952, pp. 38-39) incluía a homossexualidade, na secção de “desvio sexual”, na categoria de “distúrbios da personalidade sociopática”.

A segunda edição do *DSM* (*American Psychiatric Association*, 1968, p. 44), incluía uma secção específica para a “homossexualidade”, na categoria de “desvios sexuais”.

Tal como referido, apenas a segunda edição – 6^a impressão – do manual (1973), retira a definição de homossexualidade enquanto patologia, mas ainda assim, substitui-a pela definição de “distúrbio da orientação sexual” (Robertson, 2004).

Face a esta problemática, a *American Psychiatric Association* (1973, p. 2) elabora um documento intitulado *Homosexuality and Sexual Orientation Disturbance: Proposed Change in DSM-II (6th Printing, page 44) - Position Statement (Retired)*, que informa: “*For a mental or psychiatric condition to be considered a psychiatric disorder, it must either regularly cause subjective distress, or regularly be associated with some*

generalized impairment in social effectiveness or functioning. (...) Clearly homosexuality, per se, does not meet the requirements for a psychiatric disorder since, as noted above, many homosexuals are quite satisfied with their sexual orientation and demonstrate no generalized impairment in social effectiveness or functioning”.

No entanto, e tal como acima referido, a homossexualidade foi substituída pela categoria “distúrbio da orientação sexual” que se aplica a *“individuals whose sexual interests are directed primarily toward people of the same sex and who are either disturbed by, in conflict with, or wish to change their sexual orientation”*; que inclui a ressalva de que a categoria *“is distinguished from homosexuality, which by itself does not constitute a psychiatric disorder* (American Psychiatric Association, 1973). Esta categoria foi posteriormente excluída do DMS-III-R (3ª Edição - Revista), publicada em 1987, com base no facto de que os dados empíricos não corroboravam o diagnóstico e de que preconceitos culturalmente induzidos não podiam ser classificados como perturbação mental, ainda assim foi “camuflada” noutra categoria de nome “sexual disorder not otherwise specified” (Ritter & Terndrup, 2002).

Na realidade, apesar de todos os passos dados no sentido da despatologização da homossexualidade no DSM, somente o DMS-IV, publicado em 1994, não contém qualquer referência à homossexualidade.

À semelhança da *American Psychiatric Association*, mas somente em 1991, a Organização Mundial da Saúde retira a homossexualidade da sua lista de patologias. Anteriormente, a OMS considerava a homossexualidade como uma “disfunção da heterossexualidade” (Vale de Almeida, 2010).

Quando, finalmente, a Psicologia e restantes disciplinas implicadas na saúde mental, concordaram, de forma consensual, que a homossexualidade não é uma doença mental, abalaram os pilares do heterossexismo e da justificação para o estigma sexual (Herek, 2010).

Após a retirada da homossexualidade do DMS e, conseqüentemente, num contexto de despatologização da homossexualidade, surgem novas abordagens no seio da psicologia LGBT, como a psicoterapia *gay-affirmative*, que procura enfatizar a “normalidade” da homossexualidade e realçar as semelhanças entre homossexuais e heterossexuais (Clarke et al., 2010).

No que respeita ao estabelecimento da psicologia lésbica e *gay* enquanto área legítima de pesquisa e prática psicológicas, podemos acrescentar que a *A.P.A.* aprovou, em 1984, o estabelecimento da denominada *Division 44, The Society for the Psychological Study of Lesbian and Gay Issues*. Do mesmo modo, em 1998, a *British Psychological Society*, formou a *Lesbian & Gay Psychology Section*, atual *Psychology of Sexualities Section* (Clarke et al., 2010).

Tal demonstra como as instituições culturais desempenham um papel central na legitimação do estigma, mas também no poder de ajudar a reverter determinados panoramas sociais, mediante o reconhecimento de formas mais adequadas de pensamento e de atuação, a revisão das suas políticas e a vontade de se assumir enquanto agente de mudança social (Herek, 2010).

A responsabilidade científica e ética da Psicologia, a par de outras ciências, é crucial, uma vez que, ao ter sido também historicamente responsável pela patologização das pessoas LGBT, a Psicologia deve assumir a responsabilidade pela divulgação e partilha de conhecimento científico atualizado e consistente com os princípios éticos que a norteiam (Moleiro et al., 2012).

1.4. Modelos de construção da identidade sexual

O conceito de identidade foi definido por autores como Erikson (1968 *cit. in* Belmonte, 2011) enquanto um conjunto de valores, crenças e objetivos que enquadram as vivências de cada pessoa, através da oscilação entre processos de crise (referidos também em Marcia, 1966 *cit. in* Belmonte, 2011) e de compromisso que nos permitem adquirir uma identidade cada vez mais coesa e um maior bem-estar e saúde mental. Este leque de crenças, valores, características que tornam cada pessoa única, espelha-se em múltiplas vertentes da sua identidade, particularmente na identidade sexual.

No campo científico, a maioria dos estudos sobre desenvolvimento humano focava-se exclusivamente nos padrões de desenvolvimento heterossexual, desconsiderando o potencial das experiências e dos constrangimentos de gays, lésbicas e bissexuais, remetendo estas pessoas para uma condição de invisibilidade ou referindo-se a elas somente no contexto da patologia (Patterson, 1995).

O estudo do desenvolvimento e da construção das identidades sexuais de pessoas não-heterossexuais começou ganhar maior expressão e a ser foco de análise, nos Estados Unidos da América, durante os anos 70 e 80. A homossexualidade passa a ser entendida como componente identitária e não como comportamento ou estilo de vida e, neste contexto de mudança de perspetiva empírica, é despertado o interesse pelo modo como se formam as identidades LGBT (Bilodeau & Renn, 2005; Fricke, 2010).

Surgiram novos modelos que teorizam o desenvolvimento da identidade homossexual por estágios, com base na resolução do conflito interno e nos processos de *coming out* (Cass, 1979, 1984; Fassinger, 1991; Savin-Williams, 1988, 1990;

Troiden, 1988 *cit. in* Bilodeau & Renn, 2005; Troiden, 1979). Na origem dos modelos percursores no estudo da formação da(s) identidade(s) LGBT encontramos autores como Erving Goffman, Dennis Altman e Ken Plummer, que tinham em comum concepções centradas no desvio à normalidade e no conceito de poder dos grupos majoritários sobre as minorias sexuais (Eliason & Schope, 2007).

Posteriormente, foram apresentados novos modelos que se afastam destas perspetivas, incidindo nas questões de reconhecimento individual da sexualidade e da construção de uma identidade sexual com base na atração física e emocional, inata, de cada pessoa. A maioria destes modelos teóricos passa também a centrar-se em questões positivas de desenvolvimento psicológico individual e na componente social, no que concerne à sua perspetiva sobre a(s) sexualidade(s).

Entre os autores destes novos modelos encontramos Eli Coleman, Richard Troiden e Vivienne Cass.

Todavia, estes modelos foram criticados devido à sua natureza estanque, por serem demasiado rígidos, inflexíveis e compostos por estágios que descrevem uma evolução linear incapaz de capturar e refletir as experiências únicas/individuais de desenvolvimento da identidade sexual (Belmonte, 2011).

Para além disso, muitos dos modelos vigentes na altura careciam de fundamentação e dados empíricos, sendo que as amostras eram reduzidas e os métodos utilizados privilegiavam apenas um género ou orientação sexual, colocando questões à generalização de resultados à população LGBT (Bilodeau & Renn, 2005).

Estas críticas estendem-se à unidimensionalidade destes modelos explicativos: não comportam uma perspetiva holística, integrando outros aspetos da identidade na sua interação com a construção da identidade sexual, tais como a raça ou a etnia (Hunter, 2005; Hughes & Matthews, 2004 *cit. in* Sisneros, Stakeman, Joyner, & Schmitz, 2008).

Não obstante, torna-se evidente que os autores e respetivos modelos acima referidos seguem uma linha de investigação que lhes confere uma abordagem bastante semelhante e temas comuns, nomeadamente: *(i)* o desenvolvimento da identidade tem início num sentimento de diferença – que surge no âmbito da comparação com os outros e reforçado pelas normas sociais; *(ii)* a formação da identidade é desenvolvimental – desenrola-se num percurso desde a confusão de identidade (com fraco ajustamento psicológico) até à sua aceitação e formação sólida (com bom ajustamento psicológico); *(iii)* as pessoas necessitam de se libertar – e viver abertamente e confortáveis com a sua sexualidade; *(iv)* a necessidade de um estágio de orgulho e imersão cultural – que pode levar a atitudes e comportamentos mais hostis por parte de pessoas homossexuais, com base na rejeição da sociedade

heterossexual opressora; (v) a necessidade de integração/síntese da identidade – as identidades sexuais e de gênero devem ser integradas na personalidade, por forma a que lhes seja dada tanta importância, como a qualquer outro aspeto da personalidade (Eliason & Schope, 2007).

1.5. Novas perspetivas sobre a homossexualidade

Atualmente estão bastante em voga conceitos como os de diversidade, igualdade e tolerância, sem que nos debrucemos incisivamente sobre as relações de poder que estão na base da lógica da exclusão de alguns grupos. As minorias sexuais veem-se ainda privadas da construção e expressão livre da sua identidade sexual, devido a construções históricas e sociais, que em diferentes espaços institucionais, bem como na vida quotidiana, implicam uma marginalização das pessoas e grupos cuja(s) sexualidade(s) não se enquadra na heteronorma da “sexualidade natural” (Adelman, 2000).

Através dos processos de socialização aprendidos no seio da família, dos amigos e de outras pessoas em quem confiamos, aprendemos estereótipos, informação errónea, mitos e histórias parciais que favorecem alguns grupos ou indivíduos. Esta informação tendenciosa, adquirida em estágios precoces da aprendizagem, é reforçada pelas estruturas institucionais e culturais, tais como os *media*, a escola, a religião e os sistemas legais e governamentais, assim como pelas tradições e pelos costumes (Sisneros et al., 2008).

Ademais, os processos de institucionalização da sexualidade com origem nas ideologias e visões do mundo, advindas das grandes religiões da sociedade Ocidental, investem num determinado tipo de sexualidade: a que permite a organização social a partir de um tipo específico de família – o casal heterossexual e o casamento monogâmico que restringe ou privilegia a prática sexual orientada para a procriação (Adelman, 2000).

Tendencialmente, a própria investigação nestas áreas, trata pessoas heterossexuais e pessoas LGBT como duas populações distintas, estabelecendo comparações entre elas e negligenciando que as suas experiências sexuais são idênticas (Oliveira, Pereira, Costa, & Nogueira, 2010) e que a dinâmica psicológica das relações entre heterossexuais e entre homossexuais é altamente semelhante no que respeita a questões de ajustamento psicológico e de satisfação (Herek, 2000).

Apesar de tudo, as conceções sobre a homossexualidade têm vindo a alterar-se substancialmente ao longo das últimas décadas, alimentadas por um discurso científico cada vez mais consciente da necessidade de não-estigmatização das

peças homossexuais e da crescente publicação de material que legitima a homossexualidade como forma expressão amorosa (Menezes & Costa, 1992).

Assistimos uma mudança histórica e social que levou as pessoas a poderem experienciar, expressar e debater a sexualidade de forma mais aberta e tolerante, que foi especialmente benéfica para aqueles/as cujas identidades sexuais não correspondem às normas tradicionais heterossexuais. Podemos falar numa nova era de maior tolerância, aceitação e suporte (Bigler, 2000; Patterson 1995). Esta mudança deu lugar a novas descobertas no seio das minorias sexuais, a oportunidades para avaliar a relevância das teorias clássicas e de serem complementadas ou refutadas pelas mais contemporâneas, no sentido de uma crescente compreensão do desenvolvimento humano plural e integral (Patterson, 1995).

Segundo Herek (2000) a identidade sexual homossexual é assumida através de diferentes formas de reconhecimento, identificação e aceitação: alguns jovens consciencializam-se da sua atração homossexual, precocemente, na adolescência, mediante um contacto e experiência sexual com alguém do mesmo sexo, desenvolvendo, posteriormente, relações românticas e a sua identidade *gay* ou lésbica; outras pessoas desenvolvem a sua identidade sexual sem qualquer envolvimento em comportamentos ou relações homossexuais. Como refere também o autor, nem todas as pessoas que revelam atrações homossexuais, desenvolvem identidades *gays* ou lésbicas e, nem todos os indivíduos que se identificam como *gays* ou lésbicas se envolvem em comportamentos homossexuais (Herek, 2000).

Após a tomada de consciência de uma orientação sexual não-heterossexual, é frequente surgirem sentimentos de diferença que resultam em isolamento, sentimentos de culpa, ansiedade e medo da rejeição (Carneiro, 2009).

O processo de definição da identidade homossexual – que implica o autoreconhecimento, a aceitação e a revelação aos outros da atração romântica e sexual homossexual e, em alguns casos, comporta o integrar a comunidade *gay*, em aspetos sociais e associativistas – é denominado *coming out of the closet* (sair do armário) ou, apenas, *coming out* (Herek, 2000).

No entanto, quando se experienciam modos de pensar, de agir ou de exprimir afetos que não se coadunam com a heteronorma, os sentimentos de vergonha podem interferir na autoidentidade (Carneiro, 2009) e dificultar o processo de *coming out*.

O *coming out* é descrito como um processo que apesar de ser individual e pessoal, se encontra integrado numa dimensão social (Frazão e Rosário, 2008), pelo que o contexto é fator determinante neste processo.

Este assume-se como um processo através do qual as pessoas LGBT reconhecem as suas preferências sexuais e afetivas e as integram na sua vida pessoal e social.

O *coming out* pode ser considerado uma experiência libertadora e com inúmeros benefícios para uma identidade não-heterossexual positiva, um bom ajustamento psicológico e para uma maior autoestima e autoaceitação (Anderson & Mavis, 1996; Barbone & Rice, 1994; Miranda and Storms, 1989; Savin-Williams, 1989 *cit. in* Bigler, 2000).

Evans & Barker (2010) identificam o *coming out* como um processo contínuo, ao contrário de um acontecimento único e pontual, que pode ser crucial na autodescoberta sexual, mas também pode resultar numa experiência difícil e emocionalmente negativa para a própria pessoa, assim como para os que fazem parte da sua vida.

Os próprios contextos sociais e culturais mostram-se por vezes adversos à diversidade, assumindo-se como ambientes hostis ou demasiado conservadores centrados em valores heteronormativos e heterossexistas.

No entanto, o processo de *coming out* é vivido, atualmente, de uma forma muito diferente do que era anteriormente, com mais recursos e maior facilidade no ajustamento à vida “fora-do-armário”, o que tem fortes implicações na autoestima, nas competências emocionais e na saúde mental das pessoas LGBT (Bigler, 2000).

1.6. Expressão da identidade sexual homossexual

Frequentemente, a expressão da identidade sexual homossexual é quebrada por formas de violência simbólicas que recusam, nos espaços públicos e privados, uma existência real, integrativa e válida às pessoas LGBT, invisibilizando-as (Bourdieu, 1998; Carneiro, 2009 *cit. in* Costa, Pereira, Oliveira, & Nogueira, 2010).

De acordo com Costa et al. (2010), “esta invisibilidade funciona como adaptação forçada a estruturas e contextos fortemente heterossexistas, que exercem a sua violência - simbólica ou declarada, implícita ou explícita – sobre qualquer pessoas que se desvie dos limites impostos pela hegemonia heterossexual” (Costa et al., 2010, p. 95).

A exposição da identidade sexual pode acarretar uma decisão difícil devido ao impacto de julgamentos errados e de preconceitos que antecedem, em muitos casos, rejeição, discriminação e até mesmo violência (Lasser, Ryser & Price, 2010).

A revelação da identidade sexual homossexual implica uma avaliação dos ganhos e das perdas, pois uma sociedade heteronormativa pode tornar-se um cenário

hostil e desconfortável que incita à necessidade de regular esta exposição através do processo conhecido por *gestão da visibilidade* (Lasser et al., 2010).

Em grande parte dos contextos, verificamos que a expressão de identidades sexuais não normativas está associada a representações negativas que impulsionam o preconceito e que tornam o contexto numa dos principais variáveis no processo de regulação e gestão da orientação sexual.

Vários estudos referem os efeitos nocivos do preconceito, da discriminação e da violência no bem-estar e no desenvolvimento pessoal de pessoas LGBT.

Kertzner, Meyer, Frost, & Stirratt (2009) afirmam que a compreensão destes efeitos parece ser melhor conseguida através do conceito de bem-estar social desenvolvido, que conceptualiza o bem-estar social como o ajuste entre as pessoas e o seu mundo ou realidade social (Keyes, 1998 *cit. in* Kertzner et al., 2009). Como tal, engloba os sentimentos de contributo social, o significado ou a importância da sociedade para a pessoa, a pertença social, atitudes positivas para com os outros, e a crença no potencial da sociedade para evoluir de forma positiva.

O alcançar deste sentimento de bem-estar social, por parte de pessoas LGBT, é acompanhado por mudanças na própria identidade sexual através de uma diminuição nos sentimentos de raiva e ódio, alienação e frustração, na medida em que aumenta o sentimento de pertença a um mundo que passa a ser visto como plural e não meramente binário (Kertzner et al., 2009).

Contudo, alguns dos mitos acerca da homossexualidade persistem ainda enraizados na nossa sociedade, na nossa cultura maioritariamente heterossexista e são que partilhados e reproduzidos até pelos profissionais das mais diversas áreas, incluindo psicólogos, psiquiatras e todos/as os que lidam de forma direta e permanente com questões relacionadas com o funcionamento mental (Crawford, McLeod, Zamboni, & Jordan, 1999 *cit. in* Matias, 2007).

Como refere Moita (2001, p. 173), apesar de “na maior parte dos estudos, o número de profissionais que refere a homossexualidade como patológica já é muito pequeno, sendo, contudo, elevado o número de técnicos que ainda manifesta crenças teóricas relativas a modelos desenvolvimentais e psicodinâmicos subjacentes à noção de patologia”.

Continua a verificar-se uma ausência da temática relacionada com os estilos de vida de *gays* e *lésbicas* e com a abordagem clínica adequada a este grupo social, na formação básica e teórica dos profissionais de saúde mental. Neste sentido, a falta de conhecimento dos terapeutas acerca do contexto real de vida de *gays* e *lésbicas*, associada a atitudes preconceituosas, leva a que muitos homossexuais não se sintam seguros em revelar a sua orientação sexual (Moita, 2001).

Como refere Matias (2007), é premente que, enquanto psicólogos/as e profissionais de saúde mental, tenhamos em conta os mitos e os preconceitos associados às questões de orientação sexual, para que possamos atuar no sentido de os contrariar, guiados por princípios éticos, que fazem da Psicologia lugar de transformação e de acolhimento da realidade plural e dos/as psicólogos/as elementos fundamentais na construção do respeito e do apreço pela diversidade.

1.7. O contexto LGBT em Portugal: evolução política, jurídica, legislativa e associativa

Vários fatores impulsionaram a preocupação política e legislativa com questões LGBT em Portugal e contribuíram para descriminalização da homossexualidade em 1982, nomeadamente: (i) a revolução de 25 de abril de 1974, que acaba com a repressão da ditadura e que traz consigo a liberdade de associação e de expressão; (ii) as influências normativas e de valores resultantes da adesão de Portugal à União Europeia em 1968; (iii) a pandemia da sida no país, que “despertou” o ativismo LGBT; (iv) as mudanças resultantes do desenvolvimento social e económico que se faziam sentir no país (Saavedra & Ferreira, 2013; Vale de Almeida, 2010).

A movimentação social e o movimento coletivo LGBT ganharam expressão a partir da década de 90 do século XX, surgindo por todo o país diversas associações e grupos LGBT, centrados, sobretudo, na pedagogia anti-homofóbica e na demanda pela igualdade de direitos, com destaque para as áreas da conjugalidade, parentalidade e família.

Certamente a cultura política que se seguiu à revolução e à instauração da democracia em 1974 dissuadiu as poucas e frágeis tentativas de criar um movimento LGBT no país. Enquanto nos países que nos serviram de “exemplo”, como é o caso dos E.U.A. e da França, este processo histórico, social e político teve fases sequenciais bem demarcadas, em Portugal o surgimento do movimento LGBT deu-se “como se do princípio se tivesse chegado ao fim sem ter passado pelo meio” (Cascais, 2012, p. 5). Não obstante o desenvolvimento tardio do movimento e do associativismo português na história do associativismo internacional, após a sua emergência, os avanços no panorama jurídico e legislativo dão-se rapidamente (Cascais, 2012).

Os primeiros passos do movimento têm início em 1980 com a criação do Coletivo de Homossexuais Revolucionários, que terminou no ano seguinte (CHOR). Posteriormente, vão surgindo, gradualmente, outras associações e organizações entre as quais podemos referir: *Grupo de Trabalho Homossexual* do Partido Socialista

Revolucionário (1991); ILGA-Portugal (1995); Clube Safo (1996); Opus Gay (1996); Panteras Rosa (1997); Não te Prives (2001); Rede Ex-Aequo (2003); AMPLOS (2010).

A par disso, e apesar de todas as mudanças no sentido da despatologização da homossexualidade e da igualdade de direitos para as pessoas homossexuais a nível mundial (como por exemplo, a retirada da homossexualidade da lista de patologias da OMS; a aprovação por parte do Parlamento Europeu, em 1994, da *Resolution on Equal Rights for Homosexuals and Lesbians in the EC*; a assinatura, em 1997, do Tratado de Amesterdão), em Portugal a legislação continuava a revelar diversos sinais de discriminação em função da orientação sexual (Vale de Almeida, 2010).

Somente em 2001, é aprovada a Lei de Uniões de Facto (Lei n.º 7/2001) – que *“regula a situação jurídica de duas pessoas, independentemente do sexo, que vivam em união de facto há mais de dois anos”*, excluindo-as-as-as, no entanto, da capacidade de adotar. Para tal, contribuiu inegavelmente o trabalho das organizações LGBT nacionais e a pertença do país a organizações com normativas claras, como o Conselho da Europa, Organização para Cooperação Económica e para o Desenvolvimento e, especialmente, a atual União Europeia (Brandão & Machado, 2012).

Em 2004, ocorre mais uma importante conquista para o movimento LGBT: no âmbito da VI Revisão Constitucional (Decreto Constitucional n.º1/IX), a Assembleia da República aprova, por unanimidade dos partidos com representação parlamentar, a revisão e atual redação do artigo 13.º n.º 2 da Constituição da República Portuguesa *“ninguém pode ser discriminado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de (...) orientação sexual”* (Rodrigues, Oliveira, & Nogueira, 2015; Vale de Almeida, 2010).

Em 2010, é aprovado o casamento entre pessoas do mesmo sexo e promulgada a Lei n.º 9/2010 de 31 de maio, embora o 3.º artigo desta lei continue a proibir a adoção de crianças por casais do mesmo sexo: *“as alterações introduzidas pela presente lei não implicam a admissibilidade legal da adoção, em qualquer das suas modalidades, por pessoas casadas com cônjuge do mesmo sexo”*.

A 25 de julho de 2012 dá entrada na Assembleia da República o Projeto-lei n.º 278/XII/1ª, apresentado pelo PS, que consagra a possibilidade de coadoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo, sendo posteriormente enviado para discussão na especialidade em comissão, que pede pareceres a diversas entidades, nomeadamente à Ordem dos Advogados.²

² A informação referente à coadoção por casais do mesmo sexo foi consultada no site da Assembleia da República, disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=37202>

Consideramos pertinente referir o Parecer da Ordem dos Advogados, para que se compreenda como a visão patológica da homossexualidade continuava a ser disseminada por organizações e outros órgãos de poder jurídico e legislativo, que indica: *“o direito da criança a ser adotada implica que essa adoção se faça em respeito pelo princípio da família natural, ou seja, por uma família constituída por um pai (homem) e uma mãe (mulher) e não com um homem a fazer de mãe ou com uma mulher a fazer de pai. O desenvolvimento harmonioso da personalidade de uma criança (um dos seus direitos fundamentais) implica a existência de referências masculinas e femininas no processo de crescimento”* (Ordem dos Advogados, 2012).

Seguidamente, o Projeto-lei a favor da coadoção de crianças por casais do mesmo sexo, volta ao plenário da Assembleia da República e é aprovado no dia 17 de maio de 2013, data em que baixa novamente à especialidade na mesma comissão. São pedidos novos pareceres, nomeadamente à Ordem dos Psicólogos cuja audição ocorre a 4 de julho de 2013.

Neste sentido, a Ordem dos Psicólogos Portugueses apresenta em julho de 2013 um *Relatório* que integra e analisa os resultados de várias investigações de autores nacionais e internacionais e que refere: *“a propósito da audição da Ordem dos Psicólogos Portugueses pelo Grupo de Trabalho sobre coadoção (CACDLG)- Projeto-lei n.º 278/XII/1ª (PS) entendeu a Ordem dos Psicólogos apresentar um “Relatório de Evidência Científica Psicológica sobre as Relações Familiares e Desenvolvimento Infantil nas Famílias Homoparentais”; “(...) as conclusões a que estes estudos chegaram resumem-se facilmente: as crianças e adolescentes de famílias homoparentais não diferem significativamente das crianças e adolescentes de famílias heteroparentais (...). Um desenvolvimento saudável não depende da orientação sexual dos pais, mas sim da qualidade da relação entre pais e filhos (...)”* (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013, p. 4).

Um ano depois, após uma série de peripécias procedimentais, o Projeto-lei a favor da coadoção de crianças por casais do mesmo sexo volta para votação em reunião plenária onde foi rejeitado na especialidade no dia 14 de março de 2014.

A 18 de setembro de 2014 dá entrada na Assembleia da República o Projeto-lei n.º 656/XII/4.^a, por parte do Bloco de Esquerda, que visa a eliminação da impossibilidade legal de adoção por casais do mesmo sexo.³

³ A informação referente à adoção por casais do mesmo sexo foi consultada no site da Assembleia da República, disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=38667>

A 24 de setembro de 2014 baixa à discussão na especialidade na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que pede pareceres a diversas entidades, entre as quais a Ordem dos Advogados.

Curiosamente, no dia 30 de outubro de 2014, a Ordem dos Advogados elaborou o seguinte parecer, sobre o Projeto-Lei n.º 656/XII/4.^a: *“assume-se, pois, como premissa, que o que interessa é o género humano, sendo que são as pessoas-humanas-em-concreto que irão ser avaliadas pelas entidades sociais de acordo com os padrões previstos, e nos quais não deve figurar a orientação sexual do casal e o género (...). Inexistem quaisquer elementos científicos e/ou empíricos capazes de fazer supor que a integração numa família de progenitores homossexuais seria prejudicial para o desenvolvimento da criança”* (Ordem dos Advogados, 2014).

Contudo, a 22 de janeiro de 2015, o Projeto-lei é votado, na generalidade, na reunião plenária, onde é rejeitado.

A 23 de outubro de 2015 dá entrada na Assembleia da República o Projeto-lei 2/XIII que visa a eliminação da impossibilidade legal de adoção por casais do mesmo sexo, da autoria do Bloco de Esquerda.⁴

A 20 de novembro de 2015, é votado, na generalidade, e é finalmente aprovado, em votação na reunião plenária, sendo que esta ainda não é a votação final.

A 18 de dezembro de 2015 é aprovado por votação na Reunião Plenária, o Texto Final apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto-lei n.º 2/XIII, que a 23 de dezembro de 2015 é publicado enquanto Decreto da Assembleia n.º 7/XIII e enviado para promulgação no dia 30 de dezembro de 2015.

Contudo, a 25 de janeiro de 2016, o então Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, vetou a adoção por casais homossexuais, devolvendo ao Parlamento os respetivos diplomas. Contudo, os partidos PS, PCP, BE e PEV anunciaram na mesma data, confirmar a lei para “ultrapassar o veto”, obrigando Cavaco Silva a promulgá-la, no prazo de duas semanas, altura em que os decretos foram reapreciados em plenário. De acordo com a Constituição Portuguesa, o Presidente é obrigado a promulgar as leis, no prazo máximo de oito dias, sem possibilidade de repetir o veto.

Finalmente, foi publicada a Lei 2/2016 de 29 de fevereiro de 2016 que “elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares”.

⁴ A informação acerca do Projeto-lei 2/XIII foi consultada no site da Assembleia da República, disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=39757>

Capítulo 2 – Evolução do preconceito num contexto global de hegemonia heterossexual

2.1. Preconceitos, estereótipos, discriminação e assimetrias nas relações intergrupais

Começamos por referir que, mesmo não podendo ser entendido como único fator explicativo, certo é que o ambiente sociocultural desempenha um papel de relevo na origem e na construção de preconceitos e de estereótipos, reforçados ao longo do desenvolvimento humano pelos agentes de socialização (Bodenhausen & Richeson, 2010).

Atualmente, assistimos à elevação e defesa de valores ancorados na tolerância e na condenação de atitudes e comportamentos discriminatórios. Como tal, o caminho percorrido pela sociedade parece impulsionar o desenvolvimento, também no plano individual, de crenças e comportamentos que se centrem na demanda e na afirmação de igualitarismo no seio das relações intergrupais.

Todavia, apesar da convicção com que muitos sujeitos asseguram as suas crenças igualitárias, parece ser tarefa árdua erradicar preconceitos e estereótipos aos quais foi dado espaço e permissão para se tornarem cada vez mais robustos e, de certa forma, pela sua não punição, aceites.

A conceptualização do preconceito é atribuída a Gordon Allport e ao trabalho que desenvolveu nos anos 50 do século XX, principalmente a sua obra de 1954, *The Nature of Prejudice*. Allport defendia que *“prejudice is an antipathy based on a faulty and inflexible generalization. It may be felt or expressed. It may be directed toward a group as a whole or toward an individual because he is a group member”* (Allport, 1954, p. 9 *cit. in* Bodenhausen & Richeson, 2010).

Allport apresentou uma teoria explicativa do preconceito, baseada na construção social de grupos, e nas relações entre eles, que postula que os seus membros desenvolvem certos modos de vida, com códigos, padrões e crenças específicas associadas ao grupo de pertença (*in-group* ou endogrupo), adotando uma postura de menosprezo face aos outros grupos (*out-groups* ou exo-grupos) (Allport, 1979).

No entanto, o preconceito não é, exclusivamente, um fenómeno de massas. O facto de cada grupo a que pertencemos expressar diferentes tipos de atitudes e preconceitos, muitas vezes contraditórios, não nos permite concordar com todos eles,

o que assegura a existência de uma componente individual na construção e manutenção de preconceitos (Allport, 1979).

Numa abordagem mais contemporânea, as crenças são entendidas como estereótipos, um termo introduzido por Walter Lippman em 1992, que engloba as crenças generalizadas e as opiniões sobre características, atributos e comportamentos de membros de diversos grupos (Hilton & von Hippel, 1996 *cit. in* Whitley & Kite, 2010); através de processos de estereotipia, essas características são atribuídas às pessoas com base, somente, na sua pertença a determinado grupo (Bodenhausen & Richeson, 2010).

De acordo com Fiske (1993), os estereótipos são respostas cognitivas, baseadas em categorias, que se contrapõem às respostas que têm em consideração os atributos individuais de cada pessoa. Portanto, levam-nos a atribuir, de forma indiscriminada, as mesmas características a todos os membros de um grupo, impulsionando-nos a agrupar e a “rotular” as pessoas com base naquilo que percebemos como semelhanças entre elas e, contribuindo para a ideia de homogeneidade intragrupal (Jost & Hamilton, 2005).

Apesar de se formularem de forma individual ou pessoal, os estereótipos advêm de crenças partilhadas culturalmente, o que torna o seu conteúdo bastante consensual no seio dos vários grupos (Whitley & Kite, 2010).

Como tal, enquanto o preconceito envolve uma resposta avaliativa global, em relação a um grupo ou aos seus membros, os estereótipos enquadram-se num tipo de análise mais específica e descritiva (Bodenhausen & Richeson, 2010).

Esta categorização de pessoas ou de grupos encontra-se na base da construção de relações assimétricas (e na distribuição desigual do poder), que continuam a permitir a hegemonia e o domínio de certos grupos sobre outros, através de atitudes e comportamentos discriminatórios e estigmatizantes.

De forma geral, as pessoas procuram outras que consideram semelhantes a si mesmas, sentindo-se confortáveis com quem entendem ser membro do seu grupo de pertença. Tal resulta na negligência de pessoas de outros grupos e, no limite, em hostilidade contra os mesmos, visto que são avaliados negativamente e entendidos como ameaça (Fiske, 2002).

De facto, as pessoas tendem a atribuir características positivas ao grupo de pertença e, claro, características negativas ao *out-group*, exagerando as diferenças culturais (em termos de capacidades, crenças religiosas, práticas sexuais, por exemplo) e, mantendo a distância ou até mesmo evitando ou minimizando o contacto com os outros grupos (Fiske, 2002).

O estudo contemporâneo do preconceito revela ainda que as disparidades sociais moldam a percepção intergrupala e os comportamentos que, indireta ou inconscientemente, traduzem essas desigualdades (Greenwald & Banaji, 1995) e instituem atitudes de preferência de grupos maioritários, em detrimento dos grupos minoritários (Dasgupta & Rivera, 2008). Assistimos ao denominado privilégio de grupo, que assenta numa condição atribuída a determinados grupos, baseada somente na supremacia social de determinadas características raciais, de género ou de orientação sexual (Whitley & Kite, 2010).

Aliado ao acima referido surge outra das consequências provenientes dos processos de categorização e estereotipia, designadamente o facto de que os membros de grupos estigmatizados podem ficar “enclausurados” nesta rede de controlo e poder e, como tal, internalizar atitudes negativas ou estereotipadas sobre si mesmos, ou sobre os membros do seu grupo (Jost & Banaji, 1994 *cit. in* Jost & Hamilton, 2005).

Estudos desenvolvidos a partir da perspectiva dos grupos estigmatizados relativamente à percepção de preconceito e de discriminação indicam que apesar do seu impacto negativo nas pessoas e nos grupos: (i) o reconhecimento de que se é alvo de discriminação impulsiona o protesto, a militância e a agitação social, com vista à mudança e a uma maior tolerância (Dion, 2002); (ii) o reconhecimento da ilegitimidade desta discriminação aumenta a internalização de atitudes positivas sobre o grupo de pertença (Dion, 2002); (iii) as atitudes positivas face ao *ingroup* promovem a identificação e a coesão grupal, fortalecem o suporte e o apoio entre os membros do grupo e permitem a redução de stress e proteção do seu autoconceito (Dion, 2002); a percepção de injustiças ou preconceitos fortalecem a identificação com o grupo e aumento os esforços para agir coletivamente (McCoy & Major, 2003).

Apesar das repercussões do preconceito sobre os grupos minoritários poderem, de alguma forma, ser minimizadas ao serem entendidas como experiências de fortalecimento intragrupal, tal parece verificar-se enquanto exceção e não como regra. Na verdade, as consequências psicológicas e físicas do preconceito na interação entre grupos continuam a ser maioritariamente negativas para o grupo alvo.

Estas experiências de interação negativas parecem ser contornadas ou minimizadas através da experiência prévia e das relações afetivas estabelecidas no contacto com *out-groups*. Segundo Dasgupta & Rivera (2008) estas são determinantes na formação de atitudes implícitas positivas face aos mesmos. Demonstram também que, por curto que seja o contacto entre grupos maioritários e minoritários, se este for capaz de quebrar ou contestar os estereótipos de um face ao outro, o contacto entre grupos é encorajado (Dasgupta e Rivera, 2008), mediante o desenvolvimento de

processos de familiaridade (Zanjoc, 1968 *cit. in* Pettigrew, 1998); de generalização de sentimentos, pensamentos e comportamentos positivos (Tropp & Pettigrew, 2005 *cit. in* Pettigrew, 1998); de aquisição de nova informação e conseqüente dissipação de estereótipos (Pettigrew, 1998).

Da mesma forma, Dovidio, Gaertner e Kwakami (2003) enfatizam os benefícios do contacto nas relações intergrupais, na promoção de relações funcionais, de aceitação e de cooperação. Para tal referem a relevância de diversos fatores, designadamente: (i) comportamentais - a interação intergrupar positiva enquanto mecanismo que possibilita a mudança de atitudes e a sua generalização a outras situações; (ii) afetivos - a redução de reações afetivas negativas (Pettigrew & Tropp, 2000 *cit. in* Dovidio et al., 2003), que minimiza a ansiedade e a tensão no contacto entre grupos sociais (Islam & Hewston, 1993 *cit. in* Dovidio et al., 2003); (iii) cognitivos - por meio da aprendizagem de nova informação, que ajuda a conhecer o *background* histórico e cultural dos grupos estigmatizados, permitindo uma maior sensibilidade face aos mesmos; (iv) através da reformulação das representações sociais e dos processos de categorização social, que influenciam as nossas respostas (Dovidio et al., 2003).

Apesar do crescente estabelecimento de normas igualitárias que condenam o preconceito, a preservação das hierarquias entre grupos sociais “justifica” a segregação, os crimes de ódio, a agressão e até a eliminação dos *out-groups* (Fiske, 2002). A pertença a grupos considerados inferiores implica a restrição, quando não a supressão completa e arbitrária, de direitos e de oportunidades, seja por meios jurídico-formais, seja pelo puro exercício da força física bruta (Rios, 2009).

Neste ponto, é conveniente introduzir o conceito de discriminação que se refere à separação de indivíduos em determinadas categorias, de acordo com informação que nos permite formular juízos sobre os mesmos, traduzidos em tendências comportamentais (Schneider, 2004). Tal, resulta num tratamento diferencial dos sujeitos, baseado na sua pertença a determinados grupos e numa parcialidade no modo como lidamos com diferentes pessoas, que pode ser explicada pelos nossos preconceitos e pela defesa do nosso grupo de pertença (Bodenhausen & Richeson, 2010).

Por último consideramos pertinente referir o conceito de estigma, que se refere ao conhecimento culturalmente partilhado de que a sociedade observa de forma negativa as pessoas que se enquadram em categorias ou grupos específicos, demarcando o seu estatuto inferior por meio de interações que privilegiam a diferença (Herek, 2010).

Segundo Herek (2004; 2010), a ponte entre o corpo teórico e a investigação empírica sobre preconceito e a hostilidade contra orientação sexual não-heterossexual, é conseguida com a introdução do conceito “preconceito sexual”, que se refere a atitudes negativas especificamente formuladas com base na orientação sexual, independentemente de se manifestar contra pessoas homossexuais, bissexuais ou heterossexuais, ou comunidades LGBT. Ademais, a noção de diferença e a restrição de oportunidades baseada no estigma são legitimadas e perpetuadas pelo poder e pelo *status* das instituições sociopolíticas e dos sistemas ideológicos, sob a forma do denominado estigma estrutural. O estigma estrutural é também conhecido pelo já mencionado conceito de heterossexismo (Herek, 2010), que designa um sistema em que a heterossexualidade é institucionalizada como norma social, política, económica e jurídica, de modo implícito ou explícito (Rios, 2009).

É certo que as pessoas podem tentar corrigir o seu preconceito, comportando-se de modo condescendente para com os grupos minoritários, contudo esses esforços podem não ser bem-sucedidos ou revelarem-se insuficientes, incompletos, continuando a expressar preconceito, porém, de uma forma mais subtil (Dovidio, Kawakami & Gaertner, 2002 *cit. in* Bodenhausen & Richeson, 2010).

Na prática, não podemos ainda declarar a extinção integral de atitudes e comportamentos discriminatórios, embora nos confrontemos com uma maior perícia, por parte dos sujeitos, no controlo e na expressão dos mesmos, devido à existência de normas e valores sociais que explicitamente pressionam nesse sentido.

Como tal, a investigação mais recente tem vindo a focar-se nas formas subtis de preconceito e estereotípias, menos evidentes, e por isso pouco compreendidas como maliciosas e estigmatizantes.

2.2. Novas formas de preconceito: Manifestações de heterossexismo tradicionais e modernas

O heterossexismo é utilizado, de forma geral, como um sistema ideológico que nega e estigmatiza o comportamento, a identidade, o relacionamento e a comunidade homossexual, considerando-os elementos inferiores à heterossexualidade (Herek, 2004). De acordo com Herek (2010), o heterossexismo promove a heterossexualidade como única forma normal e natural de orientação sexual e, deste modo, remete a homossexualidade a um estatuto inferior e faz emergir ações discriminatórias e violentas contra as minorias sexuais.

Nas últimas décadas, a investigação sobre o preconceito racial permitiu compreender que este se divide em dois tipos, um de estilo tradicional, em que o

preconceito é manifestado através de comportamentos hostis contra as minorias e, um de estilo moderno que expressa o preconceito de forma subtil e encoberta (Quiles del Castillo, Rodríguez, Torres, Pérez, & Martel, 2003; Espelt, Javaloy, & Cornejo, 2006).

Para esta diferenciação parecem ter contribuído a progressiva construção de uma sociedade multirracial e étnica, as mudanças no clima social e político que se deram após a segunda guerra mundial, o desenvolvimento de um novo sentido moral de igualdade, respeito e tolerância e, principalmente, a tendência das pessoas em assumirem-se, perante si mesmas e os outros, como indivíduos sem preconceito (Quiles del Castillo et al., 2003).

Esta defesa dos valores de aparente igualitarismo é só mais um modo de privilegiar a cultura dominante; uma forma subtil de defender uma suposta superioridade biológica dos grupos maioritários (Quiles del Castillo et al., 2003) que nega diretamente a sua natureza discriminatória, refugiando-se em pressupostos e afirmações implícitas, que escondem sentimentos negativos, e parecem aparentemente compatíveis com as normas de tolerância e igualdade (Espelt et al., 2006).

Vários estudos indicam que a investigação sobre a evolução do preconceito racial se estende ao caso do preconceito sexual, uma vez que a igual presença de fortes pressões normativas a favor da igualdade e da tolerância parece contribuir para que o preconceito se torne mais subtil e sofisticado, em vez de eliminá-lo (Quiles del Castillo et al., 2003; Moral & Valle, 2013; Pettigrew e Meertens, 1995).

A própria pressão decorrente das normas sociais em prol da erradicação de comportamentos discriminatórios em função da orientação sexual, moldou a expressão de preconceito, alertando-nos para a multidimensionalidade do preconceito sexual e, por conseguinte, para as novas formas de discriminação, mais subtis.

Gato (2012) indica que as formas mais “óbvias” ou “flagrantes” de preconceito se refletem através da condenação moral e na, ainda vigente, patologização da homossexualidade. Relativamente às de carácter dissimulado, Massey (2009) alerta para o facto de que as mesmas adquirem nuances que as distinguem das formas contemporâneas de preconceito racial, étnico e de sexismo, uma vez que o preconceito contra pessoas não heterossexuais parece ser socialmente mais aceite. Tal parece prevalecer por diferentes motivos, em primeiro lugar porque a população LGBT não está tão protegida pela norma social como outros grupos considerados minoritários ou aos quais é atribuído um estatuto inferior (Herek, 2007), o que não impede o exercício de atitudes e comportamentos discriminatórios, nem mesmo os mais hostis; em segundo lugar, porque as ideologias por detrás das manifestações contemporâneas de preconceito sexual são distintas das relativas ao preconceito

racial. Enquanto, neste último, estas estão associadas à competitividade socioeconómica e às diferenças culturais, o preconceito sexual tem por base o heterossexismo, enquanto ideologia que valoriza a heterossexualidade como mais natural que e/ou superior à homossexualidade (Massey, 2009; Morin, 1977).

Surge, deste modo, a necessidade de desenvolver novas teorias que conceptualizem os “diversos tipos de atitudes negativas face a lésbicas e a gays, desde as mais tradicionais até às mais modernas” (Gato et al., 2012, p. 12). Consequentemente, decorrente da necessidade de novos quadros conceptuais explicativos destas novas formas de preconceito surge também a necessidade de novos instrumentos que as avaliem.

Assim, Gato et al. (2012) desenvolveram e validaram para a população portuguesa a *Escala Multidimensional de Atitudes face a Lésbicas e Gays (EMAFLG)*, com o “propósito de abarcar num mesmo instrumento a avaliação de um leque diversificado e qualitativamente diferente de atitudes face a lésbicas e a gays, não necessariamente decorrente de uma transposição direta de modelos pensados originalmente para estudar o racismo e de aspetos negativos/positivos em relação à homossexualidade” (Gato, Fontaine, & Leme, 2014, p. 260).

As manifestações modernas de preconceito sexual devem ser operacionalizadas com base em diferentes posicionamentos normativos, aceites na generalidade das sociedades ocidentais: (i) a discriminação antigay já não é um problema; as manifestações por parte das pessoas LGBT são desapropriadas relativamente aos seus problemas; o movimento LGBT estar a exigir e a pressionar demasiado, no que respeita aos seus direitos; (ii) o desempenho de papéis tradicionalmente associados à heterossexualidade, como o casamento e a parentalidade; (iii) a compreensão e celebração das diferenças ou especificidades das minorias sexuais marginalizadas; (iv) a visibilidade/expressão da identidade lésbica e gay (Massey, 2009; Gato et al., 2014).

Certo é que a heteronormatividade continua a prevalecer, implicando que as construções sociais se desenvolvam no sentido de privilegiar a heterossexualidade sobre a não-heterossexualidade, remetendo à invisibilidade as orientações sexuais que não se enquadram nessa heteronorma (Gato, Carneiro, & Fontaine, 2011).

Como afirmam Gato et al. (2011, p. 162), “é essa a força persistente da discriminação: a de continuar a marcar e a segregar formas de viver e de exprimir as identidades, pela construção de sociedades que fazem permanecer a ideia de sobrevalorização de determinadas categorias identitárias em prejuízo de outras”.

2.3. Manifestações de preconceito/discriminação em função da orientação sexual: alguns dados relevantes a nível internacional e nacional

De acordo a *European Union Agency For Fundamental Rights* (2015), atualmente, a legislação elaborada pela União Europeia para combater a discriminação em razão da orientação sexual abrange apenas o domínio do emprego e da atividade profissional, quer no setor público, quer no privado, sendo que o prazo concedido aos Estados-Membros para transporem esta Diretiva terminou no final de 2003.

Por conseguinte, em 2014, 13 Estados-Membros alargaram a legislação antidiscriminação em função da orientação sexual a todos os outros domínios para além do emprego e da atividade profissional. Estes domínios estão contemplados na Diretiva de Igualdade Racial e dizem respeito, para além do emprego, à proteção social, incluindo segurança social e cuidados de saúde; a outros benefícios sociais; à educação; ao acesso a bens e serviços, incluindo habitação.

Contudo, em Portugal, continua a não existir legislação explícita que proíba a discriminação em função da orientação sexual ou da identidade de género, no domínio da proteção social e no acesso a bens e serviços (*European Union Agency For Fundamental Rights*, 2015).

A *European Union Agency For Fundamental Rights* (2015) coloca ênfase no papel das associações, organizações e outras entidades legais, no desenvolvimento de políticas antidiscriminação e na sua disseminação junto de empregados/empregadores, bem como na consciencialização dos direitos das pessoas LGBT. Em Portugal, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), aprovou um manifesto com base na igualdade de oportunidades, que refere a necessidade de eliminação da discriminação em função da orientação sexual. Do mesmo modo, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), elaborou um comunicado no dia 17 de maio de 2012, Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia, que demarcava a sua oposição a todas as formas de discriminação, incluindo a discriminação em função da orientação sexual.

A par da visibilidade LGBT nos espaços públicos, da crescente liberdade de expressão, assembleia e proteção contra abusos e violência, a União Europeia não possui qualquer instrumento legislativo que proteja as pessoas LGBT de crimes e discurso com base no ódio. Apesar de se organizarem eventos em todos os Estados-Membros que defendam os direitos das pessoas LGBT, tais como Marchas e Encontros de “orgulho gay”, os crimes de ódio, a violência e o discurso homofóbico,

estão, muitas vezes, presentes nestes eventos. A título de exemplo temos, em Portugal, em diferentes momentos, as intervenções do Partido Nacional Renovador – PNR (European Union Agency For Fundamental Rights, 2015).

De salientar que, em Portugal, a orientação sexual é um dos fatores que se enquadra nos crimes de ódio dispostos no Artigo n.º 240 do Código Penal, e é considerada facto agravante noutros crimes. Após a revisão da Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, a identidade de género foi também incluída (European Union Agency For Fundamental Rights, 2015).

Segundo o inquérito intitulado *Eurobarómetro*, realizado em 2015 nos 28 Estados-Membros da União Europeia e que recolheu as respostas de 27718 pessoas (1005 portugueses/as), os principais resultados indicam que: (i) um em cada oito participantes considera pertencer a um grupo em risco de discriminação, sendo que 2% desses/as participantes indica pertencer a minorias sexuais; (ii) a discriminação com base na orientação sexual continua a ser bastante expressiva na União Europeia (58%); (iii) 21% dos/as participantes indica ter sofrido discriminação nos últimos 12 meses, sendo que desses/as, 32% dos/as participantes indicam pertencer a minorias sexuais e que, em Portugal, apenas 1% dos/as participantes afirma ter sido alvo de discriminação em função da orientação sexual; (iv) 42% dos/as participantes considera que se verificam avanços para promover a diversidade no trabalho; (v) apesar do aumento de respostas positivas relativamente ao sucesso das medidas e políticas de combate à discriminação, apenas 27% dos/as participantes considera que estas são eficazes; (vi) 62% dos/as participantes considera que deverão ser introduzidas novas medidas para aumentar o nível de proteção dos grupos em risco de discriminação (European Commission, 2015).

Apresentamos as temáticas das questões que figuravam no *Eurobarómetro* de 2015 e respetivos resultados, de forma global (abarca as respostas dadas pelos/as participantes dos 28 Estados-membros) e no caso concreto de Portugal: (a) concorda que a discriminação com base na orientação sexual encontra-se muito disseminada (58% global; 69% Portugal); (b) considera que a que a orientação sexual é suficientemente abordada pelos *media* (56% global; 49% Portugal); (c) considera que as pessoas LGBT devem ter os mesmos direitos que as pessoas heterossexuais (71% global; 71% Portugal); (d) concorda que não existe nada de errado nas relações sexuais entre duas pessoas do mesmo sexo (67% global; 59% Portugal); (e) concorda que o casamento entre pessoas do mesmo sexo deveria ser permitido em toda a Europa (61% global; 61% Portugal) (European Commission, 2015).

Em Portugal, em relação à questão “como se sentiria se uma pessoa *gay*, lésbica ou bissexual fosse eleita para um alto cargo político no seu país”, 45% dos/as participantes respondeu “totalmente confortável” (European Commission, 2015).

Relativamente à questão “quão confortável se sentiria ao trabalhar com uma pessoa *gay*, lésbica ou bissexual”, 51% dos/as participantes portugueses/as respondeu que se sentiria “totalmente confortável” (European Commission, 2015).

No que respeita à questão “quão confortável se sentiria se o/a seu/sua filho/a estivesse numa relação amorosa com alguém do mesmo sexo”, 27% dos/as participantes portugueses/as indica que se sentiria “totalmente confortável” e 14% que seria algo “indiferente” (European Commission, 2015).

Em termos da expressão de afeto em público, em Portugal, 61% dos/as participantes indica que se sente “totalmente confortável” com manifestações amorosas por parte de casais heterossexuais; 41% afirma o mesmo relativamente a casais lésbicos; e 35% afirma o mesmo em relação a casais *gay*. Em todos os Estados-Membros o nível de conforto é mais alto relativamente a casais lésbicos do que perante casais *gay* (European Commission, 2015).

Somente 42% dos/as participantes portugueses/as indicou ter conhecimento dos seus direitos enquanto vítimas de discriminação, sendo que 45% referiu que preferia reportar uma situação de discriminação à polícia, em detrimento de organizações ou de apoio jurídico por parte de um/a advogado/a ou Tribunal (European Commission, 2015).

Em Portugal, a associação ILGA-Portugal desenvolveu um estudo intitulado *Observatório da discriminação em função da orientação sexual e identidade de género*, realizado em 2013 e em 2014 com recurso a formulários disponibilizados *online* (ILGA-Portugal, 2013; ILGA-Portugal, 2014).

Em 2013 foram recolhidos 164 questionários válidos (82 reportados por vítimas e 82 por testemunhas) (ILGA-Portugal, 2013).

Em 2014 foram recolhidos 339 questionários válidos (210 reportados por vítimas e 129 por testemunhas) (ILGA-Portugal, 2014).

De acordo com os dados recolhidos, o tipo de crimes e/ou incidentes motivados pelo ódio mais frequentemente cometidos contra pessoas LGBT e/ou contra pessoas percecionadas como sendo LGBT, são insultos e abusos verbais (123 denúncias em 2013 e 182 em 2014), seguindo-se as ameaças e violência psicológica (69 denúncias em 2013 e 112 em 2014) e a violência física extrema (37 denúncias em 2013 e 69 em 2014) (ILGA-Portugal, 2013; ILGA-Portugal, 2014).

Os resultados recolhidos nos dois anos indicam que: (a) a maioria das vítimas têm idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos; (b) a maioria das vítimas

assume/revela a sua orientação sexual ou identidade de género; (c) os agressores atuam, normalmente, em grupo e são desconhecidos das vítimas; (d) os motivos mais citados para a ocorrência dos crimes e/ou incidentes motivados pelo ódio foram a real ou percebida orientação sexual da vítima e/ou as suas expressões de género; (e) apesar do impacto negativo destes crimes ou incidentes na sua vida pessoal ou social, as vítimas raramente procuraram apoio psicológico profissional e, em 96% dos casos em 2013, e em 93% dos casos em 2014, não apresentaram queixa junto das autoridades competentes (ILGA-Portugal, 2013; ILGA-Portugal, 2014).

Num panorama que exige o combate ao preconceito e à discriminação em função da orientação sexual, é de salientar que, em 2010, foi implementada pela primeira vez, por parte do Comité de Ministros do Conselho da Europa, uma Recomendação aos Estados-membros “sobre medidas para o combate à discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de género”.

Em Portugal, o cumprimento desta Recomendação foi monitorizado pela associação ILGA-Portugal, no sentido de informar o Conselho da Europa sobre progressos e sobre medidas a implementar, “necessárias para garantir o acesso pleno aos Direitos Humanos das pessoas LGBT” (ILGA-Portugal, 2012, p. 2).

Em linhas gerais, a Recomendação assenta em três grandes linhas orientadoras: (1) “ênfase no princípio geral da universalidade dos direitos humanos que são aplicáveis a todas as pessoas, logo também às pessoas LGBT”; (2) “reconhecimento da dimensão histórica e atual da discriminação contra as pessoas LGBT por motivo da sua orientação sexual ou identidade de género”; (3) “reconhecimento da necessidade de uma ação específica para assegurar o efetivo gozo dos direitos humanos pelas pessoas LGBT, e estabelecimento das correspondentes medidas necessárias para os Governos dos Estados-membros” (ILGA-Portugal, 2012, p.7)

Segundo a ILGA-Portugal (2012) o relatório dirige-se a dois grupos-alvo: a nível nacional, o conjunto de decisores/as políticos/as e funcionários/as públicos/as responsáveis pela implementação da Recomendação; e, o próprio Comité de Ministros do Conselho da Europa, responsável pela revisão dos progressos da implementação da Recomendação.

As conclusões apontadas neste Relatório afirmam que, em Portugal, (a) “existe muito pouca legislação que mencione orientação sexual e quase nenhuma a mencionar identidade de género”; (b) “não existe proteção no acesso a bens e serviços, educação, saúde e proteção social em razão da orientação sexual”; (c) a “fraca resposta das entidades contactadas, prende-se com a falta de formação adequada transversal e com a inexistência de políticas públicas (...) sobre assuntos

relacionados com a orientação sexual e a identidade de género (...) contribuindo para a sua invisibilidade social” (ILGA-Portugal, 2012, pp. 11-12).

Em Portugal, para além dos estudos realizados pela ILGA-Portugal, têm surgido diversas investigações recentes que abordam esta temática, nomeadamente, o estudo de Melo & Pelixo (2013), centrado nas perspetivas de professores/as sobre orientação sexual e identidades LGBT, o estudo de Correia & Melo (2014), sobre a identidade e a gestão da visibilidade em jovens *gays*, *lésbicas* e *bissexuais*, o estudo de Morais (2016) sobre a gestão da visibilidade LGB no contexto do Ensino Superior. A crescente investigação nesta área permite, não só, a disponibilização e a comparação de resultados que nos garante uma perspetiva mais abrangente acerca da configuração atual do preconceito em função da orientação sexual em Portugal, como reforça a necessidade da crescente investigação e produção científicas e da adaptação de métodos e práticas de intervenção o mais reais e adequadas possível às vivências das pessoas LGBT.

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 1 – Objetivos e questões de investigação

Atualmente, verificamos que apesar de todas as transformações a nível legislativo, político, social, entre outros, as sociedades contemporâneas se organizam ainda ancoradas em padrões e concepções culturais com certa base homofóbica e heterossexista, que continuam a olhar com alguma estranheza, preconceito/discriminação e segregação, para a diversidade sexual (Saavedra & Ferreira, 2013).

Desde o início do percurso, centrado na procura pelas causas da homossexualidade, assente na visão patológica e estigmatizante das minorias sexuais, até ao assumir, por parte da comunidade científica e médica, de uma visão contrária e, conseqüente despatologização da homossexualidade, ocorreram diversas mudanças bastante significativas (Saavedra & Ferreira, 2013).

Em Portugal, o atraso, comparativamente a outros países ocidentais, no que toca à preocupação e visibilidade da comunidade LGBT e das questões de orientação sexual (assim como de identidade de género) prende-se, de acordo com a literatura, principalmente com questões políticas (Saavedra & Ferreira, 2013). Apesar da sua crescente visibilidade, impulsionada, em grande parte, pelos movimentos associativos, atualmente, os estudos sobre orientação sexual e identidade de género ainda se encontram numa fase ainda um pouco embrionária, pelo que é fulcral a disseminação de trabalhos científicos neste domínio, de modo a que alcance diferentes profissionais de saúde, de saúde mental, de educação, entre outros (Moleiro et al., 2012).

Mediante todas as mudanças sócio-culturais e político-legislativas focadas ao longo desta investigação, as pressões normativas a favor da tolerância e a igualdade de direitos, são bem claras na condenação de atitudes e comportamentos discriminatórios face aos denominados grupos minoritários (Castillo et al., 2003; Moral & Valle, 2013; Pettigrew e Meertens, 1995).

Estudos pioneiros na área do racismo vieram demonstrar que perante a condenação social da discriminação, emergiram diferentes tipologias de racismo sob formas cada vez mais subtis. Tal significa que, não obstante a evolução da sociedade se fazer no sentido de um caminho cada vez mais inclusivo, o racismo não foi ainda erradicado. Pelo contrário, persiste e assume formas menos claras e explícitas, que permitem que atitudes e comportamentos discriminatórios permaneçam enraizados a nível individual e nas relações interpessoais, escapando, com pouca ou nenhuma

crítica e punição social (Castillo et al., 2003; Massey, 2009; Moral & Valle, 2013; Pettigrew e Meertens, 1995).

Perante estes dados, vários autores, tais como Massey (2009) o estudo do preconceito subtil no seio de grupos minoritários, deve abarcar outros domínios, como é o caso do preconceito sexual, de modo compreender se este efeito é extensível à comunidade LGBT.

Com base na revisão teórica apresentada neste campo científico e, através das respostas dos/as participantes, neste estudo, foram definidos os seguintes objetivos globais:

1. Compreender manifestações de preconceito em função da orientação sexual, através da análise de resultados obtidos em dois momentos distintos (2013 e 2016).
2. Analisar eventuais influências das variáveis sociodemográficas na manifestação de preconceito.

Foram ainda delineadas, com base nos objetivos acima referidos, algumas questões de investigação, designadamente:

1. Que diferenças e/ou semelhanças se evidenciam, em 2013 e em 2016, no que respeita ao preconceito em função da orientação sexual?
2. Existem diferenças na manifestação de preconceito face a lésbicas e a *gays*:
 - a) em função do género?
 - b) em função da idade?
 - c) em função do nível de escolaridade?
 - d) em função das relações familiares e/ou de amizade com pessoas não-heterossexuais?
 - e) em função do posicionamento político?
 - f) em função do posicionamento religioso?

Capítulo 2 – Metodologia

2.1. Considerações prévias

De modo a que seja mais facilmente compreendida a metodologia, bem como os procedimentos envolvidos na presente investigação, importa referir alguns aspetos relevantes.

A recolha dos dados processou-se em dois momentos, a primeira em 2013 e a segunda em 2016. Foi tida em conta a uniformização dos procedimentos de recolha e de tratamento de dados.

Em ambas as amostras, foram aplicados, de acordo com os objetivos do estudo e o instrumento utilizado, os **critérios de exclusão** de (i) participantes como idade inferior a 18 anos; (ii) respostas dadas por pessoas LGBT; (iii) participantes que à questão “A pessoa com quem mantém uma relação amorosa/conjugal é...”, responderam “do mesmo género”.

É com base em duas amostras distintas (2013 e 2016) que pretendemos alcançar os nossos objetivos globais e responder às questões de investigação delineadas, num estudo que se pretende comparativo.

Foi garantido que as amostras parciais eram independentes, ou seja, que os/as respondentes não eram os mesmos.

Portanto, seguidamente apresentaremos os/as participantes referentes ao ano de 2013 e os/as participantes no que respeita ao ano de 2016.

Para além disso, será também apresentada a amostra total, resultante do total dos/as participantes nos dois anos.

2.2. Participantes/Amostra

A presente investigação, é composta por participantes provenientes da população em geral, de qualquer parte do país (Portugal Continental e Ilhas), de ambos os géneros e com idade superior a 18 anos.

Em cada um dos anos, a amostra foi recolhida com recurso a métodos de amostragem probabilística ou aleatória simples, em que a amostra é composta por elementos selecionados completamente ao acaso (Maroco, 2011), mediante a disponibilização de um questionário *online*.

2.2.1. Participantes – 2013

Em 2013 foram recolhidos 436 questionários e anulados 67, perfazendo um total de 369 participantes (N=369) - 232 (62,9%) do género feminino e 137 (37,1%) do género masculino.

2.2.2. Participantes – 2016

Em 2016 foram recolhidos 321 questionários e anulados 6, o que perfaz um total de 315 participantes (N=315) - 212 (67,3%) do género feminino e 103 (32,7%) do género masculino.

2.2.3. Amostra Total

Foram recolhidos, nos dois anos, um total de 757 questionários dos quais 73 foram anulados. Participaram, no total, 684 pessoas (N=684), 444 (64,9%) do género feminino e 240 (35,1%) do género masculino.

2.3. Dados de caracterização e distribuição amostral

Seguidamente serão apresentados os dados de caracterização e distribuição amostral separadamente, em 2013 e em 2016, e da amostra total.

Optámos por apresentar nesta secção apenas os resultados das variáveis em estudo, remetendo para anexo (Anexo I) os restantes dados relativos à caracterização sociodemográfica da amostra.

São apresentados dados de caracterização e distribuição relativamente ao género e aos grupos de idade (tabela 1), ao género e à média de idades (tabela 2), à formação académica (tabela 3), às relações familiares e/ou de amizade com pessoas não heterossexuais (tabela 4), ao posicionamento político (tabela 5) e ao posicionamento religioso (tabela 6).

Como se pode verificar na tabela 1, tanto em 2013 como em 2016, a maioria dos/as participantes possui idades compreendidas entre os 24 e os 34 anos, sendo que a amostra total é maioritariamente composta por participantes do género feminino.

Tabela 1 – Distribuição dos/as participantes em função do género e dos grupos de idade – em 2013, em 2016 e amostra total.

Género	Grupos de idade											
	2013				2016				Amostra total			
	≤ 23	24 a 34	≥ 35	Total	≤ 23	24 a 34	≥ 35	Total	≤ 23	24 a 34	≥ 35	Total
Feminino	89 (24,1%)	114 (30,9%)	29 (7,9%)	232 (62,9%)	33 (10,5%)	100 (31,7%)	79 (25,1%)	212 (67,3%)	122 (17,8%)	214 (31,3%)	108 (15,8%)	444 (64,9%)
Masculino	47 (12,7%)	72 (19,5%)	18 (4,9%)	137 (37,1%)	8 (2,5%)	58 (18,4%)	37 (11,7%)	103 (32,7%)	55 (8,0%)	130 (19,0%)	55 (8,0%)	240 (35,1%)
Total	136 (36,9%)	186 (50,4%)	47 (12,7%)	369 (100%)	41 (13,0%)	158 (50,2%)	116 (36,8%)	315 (100%)	177 (25,9%)	344 (50,3%)	163 (23,8%)	684 (100%)

Na tabela 2 podemos observar que a média de idades é mais elevada em 2016, situando-se na amostra total nos 30 anos de idade. Podemos também verificar que a média de idades é relativamente mais elevada, nos dois anos, em participantes do género feminino.

Tabela 2 – Distribuição dos/as participantes em função do género e da média de idades – em 2013, em 2016 e amostra total.

Género	Média de Idades					
	2013		2016		Amostra total	
	N	M Idade	N	M Idade	N	M Idade
Feminino	232	27,4	212	33,75	444	30,4
Masculino	137	27,08	103	32,19	240	29,3
Total	369	27,3	315	33,2	684	30

Relativamente à formação académica, como apresentado na tabela 3, os dados são muito semelhantes nos dois anos, sendo que, em ambos, a grande maioria dos/as participantes tem uma formação académica ao nível do Ensino Superior.

Tabela 3 – Distribuição dos/as participantes em função da formação académica – em 2013, em 2016 e amostra total.

	Formação Académica		
	2013	2016	Amostra total
Formação não Superior	107 (29%)	68 (21,6%)	175 (25,6%)
Formação Superior	262 (71%)	247 (78,4%)	509 (74,4%)
Total	369	315	684

De acordo com a tabela 4, existem semelhanças nos dados recolhidos em 2013 e em 2016, indicando que a maioria dos/as participantes conhece ou mantém relações familiares e/ou de amizade com pessoas lésbicas e gays.

Tabela 4 – Distribuição dos/as participantes em função da existência de relações familiares e/ou de amizade com pessoas lésbicas e gays – em 2013, em 2016 e amostra total.

Relações familiares e/ou de amizade com pessoas lésbicas e gays			
	2013	2016	Amostra total
Sim	275 (74,5%)	243 (77,1%)	518 (75,7%)
Não	50 (13,6%)	37 (11,7%)	87 (12,7%)
Não sei	44 (11,9%)	35 (11,1%)	79 (11,5%)
Total	369	315	684

No que respeita ao posicionamento político dos/as participantes, verificamos, mediante a análise da tabela 5, um enviesamento à esquerda de 2013 para 2016.

Em termos de amostra total, existe uma boa distribuição geral dos/as participantes, sendo que, a maioria se posiciona em termos de direita/centro direita.

Tabela 5 – Distribuição dos/as participantes em função do posicionamento político – em 2013, em 2016 e amostra total.

Posicionamento Político			
	2013	2016	Amostra total
Esquerda/Centro Esquerda	131 (35,5%)	189 (60%)	320 (46,8%)
Direita/Centro Direita	238 (64,5%)	126 (40%)	364 (53,2%)
Total	369	315	684

Na tabela 6 verificamos que existe um enviesamento do posicionamento religioso de 2013 para 2016, considerando que em 2013 a maioria dos/as participantes se considera “religioso/a” e em 2016 a maioria assume-se como “pouco religioso/a”. Não obstante, verificamos, em termos de amostra total, uma boa distribuição geral dos/as participantes em termos de grau de religiosidade.

Tabela 6 – Distribuição dos/as participantes em função do posicionamento religioso – em 2013, em 2016 e amostra total.

Posicionamento Religioso			
	2013	2016	Amostra total
Nada religioso/a	114 (30,9%)	110 (34,9%)	224 (32,7%)
Pouco religioso/a	107 (29%)	117 (37,1%)	224 (32,7%)
Religioso/a	148 (40,1%)	88 (27,9%)	236 (34,5%)
Total	369	315	684

2.4. Instrumentos

2.4.1. Questionário de Caracterização Sociodemográfica

O Questionário de Caracterização Sociodemográfica (Anexo I) é composto pelas seguintes variáveis: Idade; Local de residência atual; Nível de escolaridade; Situação profissional; género; Orientação sexual.

Para além destas, figuravam questões relativas ao campo dos relacionamentos de cada participante, nomeadamente: estar atualmente numa relação amorosa estável e, em caso afirmativo, estar numa relação conjugal, ou seja, viver com essa pessoa; e, estar numa relação amorosa e/ou conjugal com uma pessoa do mesmo género ou do género oposto; ter filhos/as; manter relações familiares e/ou de amizade com pessoas não heterossexuais;

Por fim, encontravam-se as questões correspondentes ao posicionamento político e ao posicionamento religioso de cada participante. Estes dois últimos itens foram avaliados mediante escalas de Lickert de 1 a 10, em que 1 corresponde a extrema esquerda ou a nada religioso/a e 10 corresponde a extrema direita ou a muito religioso/a, respetivamente.

2.4.2. Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays – EMAFLG (Gato, Fontaine, & Carneiro, 2012)

A Escala Multidimensional de Atitudes face a Lésbicas e a Gays (EMAFLG) (disponível para consulta no Anexo I), foi escolhida por se encontrar adaptada à população portuguesa e por nos permitir avaliar manifestações tradicionais e contemporâneas do preconceito relativamente a pessoas não heterossexuais. O recurso a um instrumento capaz de avaliar a multidimensionalidade do preconceito,

permite-nos alcançar patamares cada vez mais complexos e dissimulados de atitudes face a lésbicas e a gays. De acordo com Gato et al. (2012), para além da avaliação mais clássica do preconceito (que se manifesta através da aversão emocional, da rejeição da proximidade ou do evitamento), devemos também ter em conta as suas manifestações mais modernas, nas quais o cariz dissimulado do preconceito emerge de modo a persistir em sociedades nas quais as práticas discriminatórias flagrantes são proibidas e condenadas.

Este instrumento é composto por 27 itens e serve-se, como meio de resposta, de uma escala tipo Lickert com 6 níveis de concordância (1=discordo completamente; 2=discordo muito; 3=discordo um pouco; 4=concordo um pouco; 5=concordo muito; 6=concordo completamente).

A Análise Fatorial Exploratória explicou 56,7% da variância total (Gato et al., 2012) e revelou que os 27 itens se distribuem por quatro dimensões (ou subescalas) (Gato et al., 2014).

Três dessas subescalas estão relacionadas com diferentes tipos de atitudes e representações negativas acerca da homossexualidade e das pessoas homossexuais. Dessas, duas são de carácter mais tradicional (Rejeição da proximidade e Homopatologização) e uma possui um carácter mais contemporâneo (Heterossexismo moderno). A quarta subescala está relacionada com atitudes positivas face à homossexualidade e às pessoas homossexuais (Suporte) (Gato et al., 2012).

A primeira subescala, Rejeição da Proximidade (*RP*), corresponde ao preconceito na sua aceção clássica e é composta por dez itens que traduzem hostilidade e evitamento da interação com lésbicas e gays, em diversos contextos sociais. A segunda subescala, denominada Homopatologização (*HP*), é composta por cinco afirmações que dizem respeito à condenação moral e à patologização de lésbicas e gays. A terceira subescala, referente ao Heterossexismo Moderno (*HM*), diz respeito a expressões contemporâneas do preconceito contra lésbicas e gays. Os sete itens que a compõem referem-se ao desconforto com a expressão da identidade lésbica e gay e com o desempenho, por parte de lésbicas e gays, de papéis tradicionalmente associados à heterossexualidade (como, por exemplo, o casamento e a parentalidade). Por último, a quarta subescala, denominada Suporte (*S*), é composta por cinco itens de conteúdo positivo está relacionada com o apoio concedido a gays e lésbicas, no que respeita, por exemplo, aos seus direitos (Gato et al., 2014).

No que respeita aos valores de consistência interna de cada subescala, podemos verificar para a subescala Rejeição da proximidade ($\alpha = .91$), para a subescala Homopatologização ($\alpha = .86$), para a subescala Heterossexismo moderno ($\alpha = .79$) e, por último, para a subescala Suporte ($\alpha = .83$) (Gato et al., 2014).

Além de revelarem elevada confiabilidade, os quatro fatores da EMAFLG correlacionaram-se de forma significativa e no sentido esperado (Gato et al., 2014). As atitudes negativas (Rejeição da proximidade, Heterossexismo moderno e Homopatologização) e a atitude positiva (Suporte) correlacionaram-se negativamente, de forma estatisticamente significativa sendo que a correlação mais elevada se verificou entre as duas subescalas negativas Rejeição da proximidade e Homopatologização ($r = .71, p < .001$) (Gato et al., 2012; Gato et al., 2014).

2.5. Procedimentos

2.5.1. Procedimentos de recolha de dados

A recolha dos dados processou-se em dois momentos distintos (2013 e 2016).

Foi solicitada a resposta, *online*, aos instrumentos de avaliação, com recurso à plataforma *Google Drive*, através da ferramenta *Google Forms*, que permite a recolha de informação através de sondagens ou questionários que podem ser disponibilizados *on-line*.

Para além da disponibilização *online* dos instrumentos de avaliação, a sua partilha nas redes sociais permitiu uma maior divulgação e alcançar uma amostra diversificada e plural.

Foi facultada uma breve explicação do objetivo do estudo, descrita na secção correspondente ao *Protocolo de Investigação*. Foram salvaguardados todos os procedimentos de natureza ética e deontológica, nomeadamente o consentimento informado, a confidencialidade dos dados obtidos e o anonimato dos/as participantes, referindo que as respostas serviriam exclusivamente para o propósito da investigação.

Na recolha de dados realizada em 2013, os instrumentos de avaliação foram inseridos *online*, ficando disponíveis para resposta pelo período de um mês e, seguidamente retirados. De todas as respostas recolhidas, foram consideradas válidas 369 respostas.

Na recolha de dados realizada em 2016, os questionários foram disponibilizados *online* e ficaram disponíveis para resposta durante dois meses, de modo a alcançar uma amostra com uma dimensão equivalente à da amostra recolhida em 2013. Foram consideradas válidas 315 respostas.

2.5.2. Procedimentos de análise de dados

O tratamento e a análise estatística dos dados foram efetuados através do software de análise estatística *IMB® SPSS® (versão 20)*.

A Escala Multidimensional de Atitudes face a Lésbicas e a Gays (EMAFLG) já se encontrava previamente validada para a população portuguesa, por Gato et al. (2012), em termos de validade de conteúdo, validade facial e validade de construto. Como tal, foram respeitados os resultados dessa validação, mantendo os quatro fatores que compõem a EMAFLG.

Por seu lado, a fiabilidade da EMAFLG foi também assegurada pelos seus autores, visto que todos os fatores apresentavam elevados níveis de consistência interna (Gato et al., 2012).

No que respeita à análise da consistência interna da EMAFLG, apesar de assegurada a sua fidelidade por Gato et al. (2012), a escala foi submetida a um novo estudo de fidelidade, sendo verificada a consistência interna das subescalas com base no coeficiente Alfa de Cronbach. Esta decisão foi tomada em função de aspetos associados à especificidade da recolha de dados, nomeadamente o preenchimento *online* da EMAFLG e a recolha efetuada em dois momentos distintos.

Visto que a consistência interna permite verificar o grau de confiança, bem como a uniformidade e coerência que existe entre as respostas dadas pelos/as participantes a cada um dos itens da escala, é crucial à apreciação da garantia dos resultados (Almeida & Freire, 2008).

Para a análise das relações entre as variáveis foram determinadas as correlações entre subescalas através do coeficiente de correlação de Pearson, r , de modo a verificar se duas, ou mais, variáveis intervalares estão associadas, assim como a direção (positiva ou negativa) dessa associação.

A análise descritiva dos principais resultados foi realizada com recurso à média, ao desvio-padrão, percentagens, frequências, valores máximos e mínimos, de acordo com a natureza das variáveis.

A análise diferencial dos resultados foi efetuada, tanto através do teste *t-Student*, como da *ANOVA oneway*. Para esta análise, algumas variáveis foram transformadas em categorias, com base em dados intervalares, tornando mais claras as comparações entre variáveis, como foi o caso da idade, da escolaridade, das relações familiares e/ou de amizade com pessoas não-heterossexuais, do posicionamento político e do posicionamento religioso.

Para analisar as diferenças de médias entre as amostras independentes, em relação ao ano de resposta, ao género, à escolaridade, ao relacionamento com

familiares e/ou amigos/as não-heterossexuais e ao posicionamento político, utilizou-se o teste *t-Student*. Este procedimento estatístico tem como objetivo perceber se as médias de duas populações são ou não significativamente diferentes (Maroco, 2011).

De modo a analisar as diferenças de médias entre as amostras independentes tendo em conta a idade e o posicionamento religioso foi utilizada a análise de variância (*ANOVA oneway*) que permite a comparação de médias de duas ou mais populações de onde foram extraídas amostras aleatórias e independentes (Maroco, 2011).

Para uma análise detalhada das diferenças entre as médias de dois ou mais grupos, foi utilizado o teste *post-Hoc HDS* de *Tukey* - um dos mais robustos e apropriado para amostras grandes - através do qual se consideram estatisticamente significativas, diferenças entre médias cujo valor de *p* seja igual ou inferior a 0.05, o que revela diferenças significativas entre os grupos (Maroco, 2011). A *ANOVA* não nos indica qual ou quais os pares de médias que são diferentes, pelo que é necessário testar estas diferenças, à *posteriori*, através dos denominados teste *post-Hoc* (Maroco, 2011).

Capítulo 3 – Apresentação e análise de resultados

3.1. Análise da Consistência Interna da EMAFLG

A validação das subescalas referentes ao EMAFLG foi efetuada com base no coeficiente Alfa de Cronbach, sendo que os valores variaram entre .75 (Suporte) e .88 (Rejeição de proximidade) em 2013, e entre .74 (Heterossexismo moderno) e .87 (Rejeição de proximidade) em 2016 (tabela 1).

São também apresentados nesta tabela os valores determinados por Gato et al. (2012), para que melhor se possa efetuar uma comparação entre os mesmos e os valores obtidos, neste estudo, em 2013 e em 2016.

Tabela 1 – Consistência interna das subescalas da EMAFLG – Resultados obtidos por Gato et al. (2012), resultados obtidos em 2013 e em 2016.

Consistência interna das subescalas							
Subescalas	N.º itens	Gato et al. (2012)		2013		2016	
		N	Alpha	N	Alpha	N	Alpha
RP	10	380	.91	369	.88	315	.87
HP	5	380	.86	369	.84	315	.84
HM	7	380	.79	369	.78	315	.74
S	5	380	.83	369	.75	315	.78

Para além de podermos verificar que os valores de Alfa de Cronbach determinados foram superiores a .70, indicando uma consistência interna adequada para as subescalas utilizadas e confirmando assim a sua fidedignidade (Maroco & Garcia-Marques, 2006), podemos também concluir que em muito se assemelham aos valores obtidos pelos autores da EMAFLG.

3.2. Análise das relações entre as subescalas da EMAFLG

Por questões de validação da EMAFLG e como meio de justificar a opção de manter os quatro fatores que a compõem, optámos por apresentar os resultados da análise das relações entre as subescalas.

As correlações entre as subescalas foram averiguadas através do coeficiente de correlação ordinal de Pearson – r , sendo que, para uma melhor análise, optámos por comparar os resultados encontrados por Gato et al. (2012) e os resultados obtidos pelo presente estudo (tabela 2).

Verificamos, através dos resultados obtidos, que as correlações entre as subescalas são muito semelhantes nos dois anos e ainda com os resultados obtidos por Gato et al. (2012).

Relativamente aos resultados obtidos pelos autores da EMAFLG, verificamos que todas as subescalas apresentaram correlações muito significativas ($p \leq .001$) entre si, variando entre .71 e .57 e, que as subescalas negativas se correlacionam de forma positiva entre si e negativamente com a subescala Suporte (Gato, et al., 2012).⁵

No presente estudo, quer em 2013, quer em 2016, todas as subescalas apresentaram correlações muito significativas ($p \leq .01$) entre si, variando entre .78 e .50.

Verificamos ainda que a subescala Rejeição da Proximidade se encontra significativamente correlacionada, de forma forte e positiva, em 2013 e em 2016, com as subescalas Homopatologização ($r = .78$; $r = .73$, respetivamente); Heterossexismo Moderno ($r = .69$; $r = .64$) e, de forma forte e negativa com a subescala Suporte ($r = -.56$; $r = -.60$).

Para além da correlação forte e positiva com a subescala Rejeição da Proximidade, a subescala Homopatologização encontra-se correlacionada de forma forte e positiva, nos dois anos, com a subescala Heterossexismo Moderno ($r = .68$; $r = .69$, respetivamente). Encontra-se correlacionada com a subescala Suporte de forma forte negativa em 2013 ($r = -.51$) e em 2016 ($r = -.50$).

Relativamente à subescala Heterossexismo Moderno, para além das correlações positivas fortes, tanto em 2013 como em 2016, com as subescalas Rejeição da Proximidade e Homopatologização, existem correlações significativas, fortes e negativas, nos dois anos, com a subescala Suporte ($r = -.64$; $r = -.58$, respetivamente).

⁵ Correlações significativas, fortes e positivas, entre as subescalas: RP↔HP ($r = .71$); RP↔HM ($r = .62$); HP↔HM ($r = .60$). Correlações significativas, forte e negativas, com a subescala Suporte: RP↔S ($r = -.61$); HP↔S ($r = -.57$); HM↔S ($r = -.62$).

Tabela 2 – Matriz de correlações (Coeficiente de Pearson – r) entre as subescalas da EMAFLG (2013 e 2016).

Correlação entre as subescalas da EMAFLG						
Subescalas	2. HP		3. HM		4. S	
	2013	2016	2013	2016	2013	2016
1. RP	.78**	.73**	.69**	.64**	-.56**	-.60**
2. HP			.68**	.69**	-.51**	-.50**
3. HM					-.64**	-.58**
4. S						

** Correlação significativa para o nível de significância de 0,01

Em suma, as atitudes negativas (Rejeição de proximidade, Homopatologização, Heterossexismo moderno) correlacionaram-se de forma positiva entre si, enquanto que a atitude positiva (Suporte) se correlacionou negativamente com as restantes atitudes (negativas). Assim sendo, os resultados indicam as atitudes de carácter tradicional e patológico sobre a homossexualidade e os comportamentos e de evitamento do contacto com pessoas homossexuais, estão associados a uma menor capacidade de apoiar e defender a causa LGBT.

Para além disso, verificamos que a correlação mais forte é apresentada pelas duas subescalas (Rejeição da proximidade e Homopatologização) que se reportam a atitudes e concepções negativas, mais tradicionais e hostis, sobre a homossexualidade.

Estes resultados vão ao encontro do que seria esperado e do que foi descrito por Gato et al. (2012).

3.3. Análise descritiva da EMAFLG

Apresentam-se na tabela 3 resultados obtidos em 2013, os resultados obtidos em 2016 e os resultados globais (2013 e 2016), referentes à estatística descritiva da EMAFLG, através das médias e dos desvios-padrão, sendo que os valores mínimos correspondem a 1 e os valores máximos a 6, em todas as subescalas, nos dois anos.

Relativamente à análise do ano de 2013, os resultados indicam que a média de respostas mais elevada, se verifica na subescala Suporte e que a média de respostas mais baixa se verifica na subescala Rejeição da proximidade.

Em 2016, a média de respostas mais elevada corresponde também à subescala Suporte e a média mais baixa remete-se à subescala Homopatologização.

Em termos da amostra total (2013 e 2016), a média de respostas mais elevada corresponde à também subescala Suporte. Por seu lado, a média de respostas mais baixa verifica-se na subescala Homopatologização.

Tabela 3 – Média e desvio-padrão para as subescalas da EMAFLG – em 2013, em 2016 e amostra total.

Média e desvio-padrão para as subescalas da EMAFLG									
Subescalas	2013			2016			Amostra total		
	N	M	DP	N	M	DP	N	M	DP
RP	369	1.54	.73	315	1.46	.69	684	1.50	.71
HP	369	1.58	.88	315	1.35	.68	684	1.47	.81
HM	369	2.85	1.07	315	2.57	.96	684	2.72	1.03
S	369	4.60	.98	315	4.46	1.07	684	4.53	1.02

Para além de verificarmos que em ambos os anos as médias mais elevadas correspondem à única subescala positiva (Suporte) e as mais baixas a subescalas negativas associadas a manifestações tradicionais e hostis de preconceito sexual, podemos ainda verificar um decréscimo nas médias das respostas dadas pelos/as participantes, de 2013 para 2016, em todas as subescalas.

3.4. Análise Inferencial dos resultados – comparação de médias das subescalas da EMAFLG

3.4.1. Em função do ano de resposta (teste *t-Student*)

Através da análise da tabela 4 indicam que verificamos diferenças estatisticamente significativas somente nas subescalas Homopatologização ($t_{(676)} = 3.86, p = <.001$) e Heterossexismo Moderno ($t_{(682)} = 3.67, p = <.001$).

Tabela 4 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta (2013 e 2016) - *Sample t-test*.

Subescalas	Ano de resposta EMAFLG	N	Média	DP	t	p
RP	2013	369	1.54	.73	1.48	.140
	2016	315	1.46	.69		
HP	2013	369	1.58	.88	3.86	<.001
	2016	315	1.35	.68		
HM	2013	369	2.85	1.07	3.67	<.001
	2016	315	2.57	.96		
S	2013	369	4.60	.98	1.84	.066
	2016	315	4.46	1.07		

Tal, indica que tanto as manifestações de preconceito sexual, mais tradicionais e aversivas, como as mais modernas e subtis, se manifestam de forma diferente e heterogênea entre os dois grupos, no sentido de uma diminuição da expressão desse preconceito, de 2013 para 2016.

3.4.2. Em função do ano de resposta e do gênero dos/as participantes (teste t-Student)

De 2013 para 2016, observamos um decréscimo nos valores das médias, obtidos nas quatro subescalas da EMAFLG, em ambos os gêneros.

Conforme apresentado na tabela 5, podemos observar que, em 2013, existem diferenças estatisticamente significativas, entre mulheres e homens, nas médias de todas as subescalas. Designadamente, na subescala Rejeição da Proximidade ($t_{(179)} = 6.43$, $p = <.001$); na subescala Homopatologização ($t_{(198)} = 5.38$, $p = <.001$); na subescala Heterossexismo Moderno ($t_{(242)} = 7.64$, $p = <.001$); na subescala Suporte ($t_{(229)} = 5.87$, $p = <.001$).

Em 2016, existem diferenças estatisticamente significativas, nas médias de todas as subescalas, nomeadamente Rejeição da Proximidade ($t_{(136)} = 4.09$, $p = <.001$), Homopatologização ($t_{(141)} = 3.10$, $p = .002$), Heterossexismo Moderno ($t_{(162)} = 5.62$, $p = <.001$) e Suporte ($t_{(313)} = 3.82$, $p = <.001$).

Tabela 5 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta e do género dos/as participantes (*teste t-Student*).

Subescalas	Género	Ano de resposta EMAFLG									
		2013					2016				
		N	M	DP	t	p	N	M	DP	t	p
RP	Feminino	232	1.34	.48	6.43	<.001	212	1.33	.52	4.09	<.001
	Masculino	137	1.88	.92			103	1.72	.90		
HP	Feminino	232	1.37	.67	5.38	<.001	212	1.25	.54	3.10	.002
	Masculino	137	1.92	1.08			103	1.54	.88		
HM	Feminino	232	2.53	.91	7.64	<.001	212	2.35	.81	5.62	<.001
	Masculino	137	3.39	1.11			103	3.02	1.07		
S	Feminino	232	4.84	.83	5.87	<.001	212	4.61	1.00	3.82	<.001
	Masculino	137	4.20	1.09			103	4.13	1.12		

Tais resultados vão ao encontro do que foi descrito por Gato et al. (2012), que descrevem que os homens revelam mais atitudes negativas face à homossexualidade do que as mulheres e, conseqüentemente, as mulheres prestam mais suporte, envolvem-se e valorizam mais as necessidades e os direitos da pessoas não-heterossexuais.

3.4.2.1. Em função do ano de resposta e do género feminino (*teste t-Student*)

Na tabela 6 podemos observar, de 2013 para 2016, um decréscimo nos valores das médias, obtidos nas quatro subescalas da EMAFLG, para o género feminino.

Verificam-se diferenças estatisticamente significativas nas subescalas Homopatologização ($t_{(436)} = 2.13$, $p = .033$), Heterossexismo Moderno ($t_{(442)} = 2.26$, $p = .025$), e Suporte ($t_{(411)} = 2.54$, $p = .011$).

Tabela 6 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta e do género feminino (*teste t-Student*).

Subescalas	Ano	Género Feminino				
		N	Média	DP	t	p
RP	2013	232	1.34	.48	.11	.914
	2016	212	1.33	.52		
HP	2013	232	1.37	.67	2.13	.033
	2016	212	1.25	.54		
HM	2013	232	2.53	.91	2.26	.025
	2016	212	2.35	.81		
S	2013	232	4.84	.83	2.54	.011
	2016	212	4.61	1.00		

Como tal, podemos depreender que existe certa heterogeneidade nas atitudes negativas de mulheres em 2013 e em 2016, nas suas formas mais tradicionais e também nas mais subtis que se manifesta no sentido de uma diminuição do preconceito em função da orientação sexual.

Para além disso, os valores obtidos na subescala Suporte, apontam no sentido de que as mulheres defendem e apoiam direito igualitários entre pessoas heterossexuais e não-heterossexuais. Contudo, verificamos que quando de 2013 para 2016 o preconceito sexual diminui, a perceção desta necessidade de suporte também diminui. Como tal, os resultados parecem indicar que a diminuição na manifestação de preconceito parece justificar uma menor necessidade de suporte.

3.4.2.2. Em função do ano de resposta e do género masculino (teste *t-Student*)

De 2013 para 2016, observamos um decréscimo nos valores das médias, obtidos nas quatro subescalas da EMAFLG, para o género masculino.

Na tabela 7, verificamos diferenças estatisticamente significativas nas subescalas Homopatologização ($t_{(237)} = 3.01$, $p = .003$) e Heterossexismo Moderno ($t_{(238)} = 2.62$, $p = .009$).

Tabela 7 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta e do género masculino (*teste t-Student*).

Subescalas	Ano	Género Masculino				
		N	Média	DP	t	p
RP	2013	137	1.88	.92	1.36	.176
	2016	103	1.72	.90		
HP	2013	137	1.92	1.08	3.01	.003
	2016	103	1.54	.88		
HM	2013	137	3.39	1.11	2.62	.009
	2016	103	3.02	1.07		
S	2013	137	4.20	1.09	.49	.625
	2016	103	4.13	1.12		

Tais diferenças levam-nos a inferir que de 2013 para 2016, os homens apresentam diferenças nas formas mais tradicionais e também nas mais subtis de manifestação de preconceito, no sentido da sua diminuição, tal como podemos observar através do decréscimo nas médias de resposta.

3.4.3. Em função do ano de resposta e da idade dos/as participantes (ANOVA oneway)

Primeiramente, é importante voltar a frisar que, de modo a facilitar a análise das diferenças de médias em relação à idade, foram criados grupos de idade.

Verificamos um decréscimo nos valores das médias de resposta de 2013 para 2016, em todas as subescalas, com exceção para a subescala Rejeição da Proximidade, nos/nas participantes com idade igual a inferior a 23 anos (1.57 e 1.62, respetivamente).

Conforme apresentado na tabela 8, nos resultados obtidos em 2013 não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de idade.

Em 2016, existem diferenças estatisticamente significativas, entre os grupos de idade, na subescala Homopatologização ($F_{(2, 312)} = 3.90$; $p = .021$).

O teste Post-Hoc *HSD* de *Tukey* permitiu verificar que na subescala Homopatologização os/as participantes com idade entre os 24 e os 34 anos diferem estatisticamente dos/as participantes com 35 anos ou mais ($p = .022$).

Tabela 8 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta e da idade dos/as participantes (ANOVA oneway).

Subescalas	Idade	Ano de resposta									
		2013					2016				
		N	M	DP	F	p	N	M	DP	F	p
RP	≤ 23 anos	136	1.57	.80			41	1.62	.84		
	24 a 34 anos	186	1.48	.66	1.55	.213	158	1.41	.62	1.42	.244
	≥ 35 anos	47	1.68	.73			116	1.46	.72		
HP	≤ 23 anos	136	1.61	.93			41	1.43	.76		
	24 a 34 anos	186	1.52	.85	1.07	.343	158	1.24	.50	3.90	.021
	≥ 35 anos	47	1.71	.87			116	1.46	.84		
HM	≤ 23 anos	136	2.79	1.01			41	2.55	1.03		
	24 a 34 anos	186	2.81	1.09	2.40	.092	158	2.48	.91	1.59	.205
	≥ 35 anos	47	3.17	1.11			116	2.69	.99		
S	≤ 23 anos	136	4.69	.99			41	4.62	1.15		
	24 a 34 anos	186	4.55	1.00	.96	.384	158	4.48	1.04	.99	.374
	≥ 35 anos	47	4.54	.85			116	4.36	1.07		

Os resultados parecem revelar que as pessoas com 35 anos ou mais, evidenciam manifestações mais tradicionais e hostis de preconceito em função da orientação sexual, do que as pessoas com idades entre os 24 e os 34 anos.

3.4.4. Em função do ano de resposta e da escolaridade dos/as participantes (teste *t-Student*)

Importa voltar a referir que, para facilitar a sua análise, a variável sociodemográfica escolaridade foi transformada em duas categorias, nomeadamente Formação Superior e Formação não Superior (tabela 9).

Em 2013 verificam-se diferenças estatisticamente significativas em todas as subescalas, nomeadamente Rejeição da Proximidade ($t_{(135)} = 4.17, p = <.001$), Homopatologização ($t_{(131)} = 5.62, p = <.001$), Heterossexismo Moderno ($t_{(238)} = 4.80, p = <.001$) e Suporte ($t_{(367)} = 3.03, p = .003$).

Em 2016 observam-se diferenças estatisticamente significativas em todas as subescalas, com exceção da subescala Suporte, designadamente Rejeição da Proximidade ($t_{(81)} = 2.78, p = .007$), Homopatologização ($t_{(79)} = 3.74, p = <.001$) e Heterossexismo Moderno ($t_{(87)} = 3.28, p = .002$).

Tabela 9 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta e da escolaridade dos/as participantes (teste *t-Student*).

Subescalas	Escolaridade	Ano de Resposta									
		2013					2016				
		N	M	DP	t	p	N	M	DP	t	p
RP	F. não Sup.	107	1.83	.97	4.17	<.001	68	1.72	.95	2.78	.007
	F. Sup.	262	1.42	.56			247	1.39	.58		
HP	F. não Sup.	107	2.06	1.19	5.62	<.001	68	1.71	.98	3.74	<.001
	F. Sup.	262	1.38	.63			247	1.25	.54		
HM	F. não Sup.	107	3.28	1.14	4.80	<.001	68	2.96	1.19	3.28	.002
	F. Sup.	262	2.68	.99			247	2.46	.85		
S	F. não Sup.	107	4.36	1.00	3.03	.003	68	4.33	1.20	1.11	.267
	F. Sup.	262	4.70	.96			247	4.49	1.03		

Em ambos os anos, as pessoas com Formação Superior diferem estatisticamente das restantes na manifestação de atitudes negativas, o que indica que um maior nível de escolaridade parece estar relacionado com uma menor expressão de preconceito em função da orientação sexual.

No que respeita às atitudes positivas, em 2013 as pessoas com Formação Superior diferem estatisticamente das restantes, no sentido de um maior suporte aos direitos igualitários de pessoas não-heterossexuais.

3.4.5. Em função do ano de resposta e das relações familiares e/ou de amizade com pessoas lésbicas e gays (teste t-Student)

A variável correspondente às relações familiares e/ou de amizade com pessoas lésbicas e gays foi categorizada em “sim” e “não/não sei” (tabela 10). Em concordância com Gato et al. (2012), os/as participantes que afirmaram não saber se tinham amigos/as lésbicas e/ou gays foram considerados como não tendo contacto pessoal com pessoas não-heterossexuais.

Em 2013 verificam-se diferenças estatisticamente significativas em todas as subescalas, nomeadamente Rejeição da Proximidade ($t_{(110)} = 5.32$, $p = <.001$), Homopatologização ($t_{(115)} = 4.50$, $p = <.001$), Heterossexismo Moderno ($t_{(135)} = 7.40$, $p = <.001$) e Suporte ($t_{(138)} = 5.21$, $p = <.001$).

Também em 2016 podemos observar diferenças estatisticamente significativas em todas as subescalas, designadamente Rejeição da Proximidade ($t_{(83)} = 3.55$, $p = .001$), Homopatologização ($t_{(80)} = 3.22$, $p = .002$), Heterossexismo Moderno ($t_{(91)} = 4.27$, $p = <.001$) e Suporte ($t_{(108)} = 3.65$, $p = <.001$).

Tabela 10 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta e das relações familiares e/ou de amizade com pessoas lésbicas e gays (teste t-Student).

Subescalas	Relações	Ano de resposta									
		2013					2016				
		N	M	DP	t	p	N	M	DP	t	p
RP	Sim	275	1.39	.52	5.32	<.001	243	1.36	.52	3.55	.001
	Não/ Não sei	94	1.97	1.01			72	1.80	1.01		
HP	Sim	275	1.43	.69	4.50	<.001	243	1.25	.49	3.22	.002
	Não/ Não sei	94	2.01	1.20			72	1.67	1.06		
HM	Sim	275	2.60	.97	7.40	<.001	243	2.42	.82	4.27	<.001
	Não/ Não sei	94	3.57	1.16			72	3.06	1.20		
S	Sim	275	4.77	.89	5.21	<.001	243	4.57	1.02	3.65	<.001
	Não/ Não sei	94	4.12	1.08			72	4.06	1.13		

Podemos afirmar que as pessoas que têm relações familiares e/ou de amizade com pessoas lésbicas e gays diferem estatisticamente das restantes, na manifestação de atitudes negativas e positivas, nos dois anos. Tais resultados vão ao encontro do que foi descrito por Gato et al. (2012), indicando que as relações e a interação com pessoas não-heterossexuais, em diferentes contextos e papéis sociais, se relacionam com uma menor expressão de preconceito em função da orientação sexual e uma maior perceção da necessidade de suporte à diversidade e igualdade sexual.

3.4.6. Em função do ano de resposta e do posicionamento político dos/as participantes (teste *t-Student*)

A variável “posicionamento político” foi também categorizada em “Esquerda/Centro Esquerda” e em “Direita/Centro Direita”, de modo a dividir a amostra, em cada ano, de forma o mais equitativa possível e tornar mais robusta e precisa a sua operacionalização (tabela 11).

Em relação às diferenças encontradas através do teste *t-Student*, podemos observar que, em 2013, existem diferenças estatisticamente significativas, nas médias de todas as subescalas. Designadamente, em 2013, na subescala Rejeição da Proximidade ($t_{(333)} = 2.05, p = .041$), na subescala Homopatologização ($t_{(367)} = 1.97, p = .049$), na subescala Heterossexismo Moderno ($t_{(367)} = 2.50, p = .013$) e na subescala Suporte ($t_{(336)} = 3.88, p = <.001$).

Em 2016 observamos diferenças estatisticamente significativas somente nas subescalas Homopatologização ($t_{(205)} = -2.19, p = .029$) e Heterossexismo Moderno ($t_{(230)} = -3.92, p = <.001$).

Tabela 11 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta e do posicionamento político dos/as participantes (teste *t-Student*).

Subescalas	Pos. Político	Ano de resposta									
		2013					2016				
		N	M	DP	t	p	N	M	DP	t	p
RP	Esq./C. Esq.	131	1.44	.59	2.05	.041	189	1.41	.52	1.33	.185
	Dir./C. Dir.	238	1.59	.79			126	1.53	.88		
HP	Esq./C. Esq.	131	1.46	.81	1.97	.049	189	1.27	.57	2.19	.029
	Dir./C. Dir.	238	1.65	.92			126	1.46	.81		
HM	Esq./C. Esq.	131	2.66	1.03	2.50	.013	189	2.39	.85	3.92	<.001
	Dir./C. Dir.	238	2.95	1.08			126	2.83	1.04		
S	Esq./C. Esq.	131	4.84	.78	3.88	<.001	189	4.54	1.07	1.61	.107
	Dir./C. Dir.	238	4.47	1.05			126	4.34	1.05		

Face aos resultados, podemos afirmar que, em 2013, as pessoas cujo posicionamento político corresponde a “Esquerda/Centro esquerda”, diferem estatisticamente das pessoas com um posicionamento político de “Direita/Centro direita”. As pessoas que se colocam numa posição política de “Esquerda/Centro esquerda” revelam, nos dois anos, menos preconceito em função da orientação sexual e mais suporte aos direitos igualitários entre pessoas heterossexuais e não-heterossexuais.

Em 2016, as diferenças entre os grupos observam-se apenas nas formas mais flagrantes e nas mais subtis de preconceito, com as pessoas de “Direita/Centro direita” a revelarem mais atitudes negativas.

3.4.6.1. Em função do ano de resposta e do posicionamento político “Esquerda/Centro Esquerda” (teste *t-Student*)

Através do teste *t-Student*, foram ainda analisadas as diferenças entre o grupo de participantes com um posicionamento político de “Esquerda/Centro Esquerda” em 2013 e o grupo com a mesma posição política em 2016 (tabela 12).

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nas médias das subescalas Homopatologização ($t_{(216)} = 2.22, p = .027$), Heterossexismo Moderno ($t_{(244)} = 2.50, p = .013$) e Suporte ($t_{(317)} = 2.97, p = .003$).

Tabela 12 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta e do posicionamento político “Esquerda/Centro Esquerda” (teste *t-Student*).

Subescalas	Ano de resposta	Posicionamento Político “Esquerda/Centro Esquerda”				
		N	M	DP	t	p
RP	2013	131	1.44	.59	.49	.627
	2016	189	1.41	.52		
HP	2013	131	1.46	.81	2.22	.027
	2016	189	1.27	.57		
HM	2013	131	2.66	1.03	2.50	.013
	2016	189	2.39	.85		
S	2013	131	4.84	.78	2.97	.003
	2016	189	4.54	1.07		

De acordo com os resultados, podemos afirmar que, de 2013 para 2016, os dois grupos, cujo posicionamento político corresponde a “Esquerda/Centro esquerda”, diferem estatisticamente entre si, no sentido de uma diminuição do preconceito em função da orientação sexual e de uma menor percepção da necessidade de suporte à causa LGBT.

3.4.6.2. Em função do ano de resposta e do posicionamento político “Direita/Centro Direita” (teste *t-Student*)

A tabela 13 apresenta os resultados das diferenças entre o grupo de participantes com um posicionamento político correspondente a “Direita/Centro Direita” em 2013 e o grupo com a mesma posição política em 2016.

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nas médias da subescala Homopatologização ($t_{(282)} = 2.01$, $p = .045$).

Tabela 13 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta e do posicionamento político “Direita/Centro Direita” (teste *t-Student*).

Subescalas	Ano de resposta	Posicionamento Político “Direita/Centro Direita”				
		N	M	DP	<i>t</i>	<i>p</i>
RP	2013	238	1.59	.79	.71	.479
	2016	126	1.53	.88		
HP	2013	238	1.65	.92	2.01	.045
	2016	126	1.46	.81		
HM	2013	238	2.95	1.08	1.06	.292
	2016	126	2.83	1.04		
S	2013	238	4.47	1.05	1.13	.260
	2016	126	4.34	1.05		

De acordo com os resultados, podemos afirmar que, de 2013 para 2016, os/as participantes com um posicionamento político de “Direita/Centro Direita”, diferem estatisticamente entre si. Esta diferença manifesta-se nas formas mais tradicionais de preconceito sexual, no sentido da despatologização da homossexualidade.

3.4.7. Em função do ano de resposta e do posicionamento religioso dos/as participantes (ANOVA oneway)

Pelos motivos apresentados relativamente ao posicionamento político dos/as participantes, a variável “posicionamento religioso” foi também categorizada em “Nada religioso/a”, em “Pouco religioso/a” e em “Religioso/a” (tabela 14).

No que respeita aos resultados obtidos em 2013, existem diferenças estatisticamente significativas nas médias dos/as participantes nas subescalas Rejeição da proximidade ($F_{(2, 366)} = 5.72; p = .004$) e Homopatologização ($F_{(2, 366)} = 3.62; p = .028$),

O teste *HSD* de *Tukey* permitiu verificar que na subescala Rejeição da proximidade os/as participantes que se afirmam “Nada religiosos/as” diferem significativamente das pessoas “Pouco religiosas” ($p = .005$) e das pessoas “Religiosas” ($p = .018$).

Por seu lado, na subescala Homopatologização as pessoas “Nada religiosas” diferem significativamente das pessoas “Religiosas” ($p = .021$).

Face aos resultados, podemos afirmar que, em 2013, as pessoas cujo posicionamento religioso corresponde a “Nada religioso/a”, reportam menos manifestações hostis de preconceito sexual, do que as pessoas com algum grau de religiosidade.

Reportando-nos aos resultados obtidos em 2016, existem diferenças estatisticamente significativas nas médias dos/as participantes, somente na subescala Heterossexismo Moderno ($F_{(2, 312)} = 5.71; p = .004$).

O teste *HSD* de *Tukey* permitiu verificar que na subescala Heterossexismo Moderno, os/as participantes que se afirmam “Religiosos/as” diferem significativamente das pessoas “Pouco religiosas” ($p = .004$) e das pessoas “Nada religiosas” ($p = .020$).

Como tal, em 2016, as pessoas “Religiosas” diferem estatisticamente dos restantes grupos no que respeita às formas mais subtis de manifestação de preconceito.

Tabela 14 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta e do posicionamento religioso dos/as participantes (ANOVA oneway)

Subescalas	Pos. Religioso	Ano de resposta									
		2013					2016				
		N	Média	DP	F	p	N	Média	DP	F	p
RP	Nada relig.	114	1.35	.52			110	1.41	.61		
	Pouco relig.	107	1.66	.94	5.72	.004	117	1.42	.52	1.62	.200
	Religioso/a	148	1.60	.66			88	1.57	.93		
HP	Nada relig.	114	1.42	.78			110	1.32	.58		
	Pouco relig.	107	1.56	.95	3.62	.028	117	1.28	.57	2.50	.084
	Religioso/a	148	1.71	.89			88	1.48	.89		
HM	Nada relig.	114	2.75	1.08			110	2.49	.92		
	Pouco relig.	107	2.75	1.07	2.51	.082	117	2.43	.83	5.71	.004
	Religioso/a	148	3.00	1.06			88	2.85	1.10		
S	Nada relig.	114	4.63	1.04			110	4.48	1.08		
	Pouco relig.	107	4.62	1.05	.19	.828	117	4.42	1.02	.10	.904
	Religioso/a	148	4.56	.88			88	4.47	1.12		

Os resultados demonstram que: (a) de 2013 para 2016, as diferenças entre grupos, no que respeita ao posicionamento religioso, deixam de ter um caráter maioritariamente tradicional e aversivo, e passam a ser mais evidentes nas manifestação de preconceito sexual mais contemporâneas e subtis; (b) o grau de religiosidade está relacionado com a expressão de preconceito em função da orientação sexual, na medida em que pessoas mais religiosas ou com algum grau de religiosidade manifestam atitudes mais hostis e menos suporte à diversidade sexual (apesar das diferenças entre as médias na subescala Suporte não terem sido estatisticamente significativas).

3.4.7.1. Em função do ano de resposta e do posicionamento religioso “Nada religioso/a” (teste t-Student)

Foram analisadas as diferenças no que respeita ao posicionamento religioso correspondente a “Nada religioso/a”, no grupo de participantes de 2013 e no grupo de 2016.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, como podemos verificar na tabela 15.

Tabela 15 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta e do posicionamento religioso “Nada religioso/a” (*teste t-Student*).

Subescalas	Ano de resposta	Posicionamento religioso "Nada religioso/a"				
		N	M	DP	t	p
RP	2013	114	1.35	.52	- .69	.493
	2016	110	1.41	.61		
HP	2013	114	1.42	.78	1.14	.257
	2016	110	1.32	.58		
HM	2013	114	2.75	1.08	1.95	.053
	2016	110	2.49	.92		
S	2013	114	4.63	1.04	1.05	.296
	2016	110	4.48	1.08		

3.4.7.2. *Em função do ano de resposta e do posicionamento religioso “Pouco religioso/a” (teste t-Student)*

Foram analisadas as diferenças, nos dois anos, nos participantes cujo posicionamento religioso corresponde a “Pouco religioso/a” (tabela 16).

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nas médias dos/as participantes nas subescalas Rejeição da proximidade ($t_{(162)} = 2.25$, $p = .026$), Homopatologização ($t_{(171)} = 2.68$, $p = .008$) e Heterossexismo Moderno ($t_{(200)} = 2.52$, $p = .012$).

Tabela 16 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta e do posicionamento religioso “Pouco religioso/a” (*teste t-Student*).

Subescalas	Ano de resposta	Posicionamento religioso "Pouco religioso/a"				
		N	M	DP	t	p
RP	2013	107	1.66	.94	2.25	.026
	2016	117	1.42	.52		
HP	2013	107	1.56	.95	2.68	.008
	2016	117	1.28	.57		
HM	2013	107	2.75	1.07	2.52	.012
	2016	117	2.43	.83		
S	2013	107	4.62	1.05	1.45	.150
	2016	117	4.42	1.02		

De acordo com os resultados, podemos afirmar que no que respeita ao posicionamento religioso “Pouco religioso/a”, o grupo de participantes de 2013 difere estatisticamente do grupo de participantes de 2016. Nomeadamente, em todas as

subescalas negativas, no sentido de uma diminuição do preconceito em função da orientação sexual nas suas formas mais tradicionais e nas mais modernas.

3.4.7.3. *Em função do ano de resposta e do posicionamento religioso "Religioso/a" (teste t-Student)*

Por fim, foram analisadas as diferenças entre os grupos com posicionamento religioso equivalente a "Religioso/a", em 2013 e em 2016.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, como demonstrado na tabela 17.

Tabela 17 – Análise das diferenças nas subescalas da EMAFLG em função do ano de resposta e do posicionamento religioso "Religioso/a" (*teste t-Student*).

Subescalas	Ano de resposta	Posicionamento religioso "Religioso/a"				
		N	M	DP	t	p
RP	2013	148	1.60	.66	.27	.788
	2016	88	1.57	.93		
HP	2013	148	1.71	.89	1.93	.055
	2016	88	1.48	.89		
HM	2013	148	3.00	1.06	1.05	.295
	2016	88	2.85	1.10		
S	2013	148	4.56	.88	.68	.496
	2016	88	4.47	1.12		

Discussão global dos resultados

Esta secção resume e sintetiza, de forma global, os resultados apresentados no anterior capítulo.

Tendo em conta que a EMAFLG se encontrava previamente validada para a população portuguesa pelos seus autores (Gato et al., 2012) e que, em termos de validade e fiabilidade, foi verificada uma boa consistência interna em todas as suas dimensões, confirmada também no presente estudo através de resultados de consistência interna muito similares aos dos autores, concluímos que o instrumento nos permite uma análise e conclusões válidas sobre os resultados obtidos.

A análise de correlações entre as subescalas da EMAFLG revelou que existem correlações significativas entre todas as subescalas, e que essas correlações são muito semelhantes nos dois anos e com os resultados obtidos por Gato et al. (2012). Para além disso, as correlações entre as subescalas verificam-se no sentido esperado e previamente descrito por Gato et al. (2012), mais especificamente, as subescalas negativas (Rejeição da proximidade, Homopatologização e Heterossexismo moderno) correlacionam-se de forma positiva entre si e, de forma negativa com a única subescala positiva (Suporte). De salientar o facto de que, tanto em 2013 como em 2016, a correlação mais forte se verificou, tal como na investigação de Gato et al. (2012), entre as subescalas negativas (Rejeição da proximidade e Homopatologização) associadas a atitudes mais tradicionais e hostis de expressão de preconceito em função da orientação sexual.

Assim, a expressão de preconceitos dos/as participantes encontra-se relacionada com atitudes tradicionais de rejeição/evitamento de contacto, interação e de expressão de emoções negativas face a lésbicas e a gays, bem como com atitudes de condenação moral e patologização da homossexualidade (Gato et al., 2012).

Prossequimos no sentido de responder às questões de investigação delineadas, designadamente que diferenças e/ou semelhanças se evidenciam, em 2013 e em 2016, no que respeita à expressão de preconceito em função da orientação sexual.

Verificámos um decréscimo na expressão de preconceito sexual, de 2013 para 2016 e, conseqüentemente, um decréscimo no suporte à diversidade sexual, à visibilidade e aos direitos LGBT. Relativamente a estes resultados, não podemos descurar o facto de que entre 2013 e 2016 surgiram diversas alterações legislativas (já referida no corpo teórico desta investigação), a par de uma mudança no panorama social e político em Portugal, que trouxeram ainda maior visibilidade à comunidade

LGBT. Tal pode ter conduzido a alterações nas crenças individuais e coletivas acerca da homossexualidade e do respeito pela diversidade sexual e, até mesmo, na percepção da necessidade de suporte às minorias sexuais, visto que este período foi marcado por algumas conquistas em termos da luta pela igualdade de direitos.

Estes resultados demonstram que, no geral, as pessoas continuam a expressar preconceitos em relação à homossexualidade, pois ao contrário do que se verifica no caso do preconceito racial, étnico ou do sexismo - grupos a quem é atribuído um estatuto “inferior” - o preconceito em função da orientação sexual é socialmente mais aceite e está menos “protegido” pelas normas sociais que condenam formas hostis de preconceito/discriminação (Gato et al., 2012; Herek, 2007; Massey, 2009).

As análises efetuadas revelam, de 2013 para 2016, diferenças estatisticamente significativas, entre os grupos de participantes em cada ano, nas subescalas Homopatologização e Heterossexismo Moderno. Estas diferenças verificam-se no sentido de uma diminuição de expressão de preconceito em função da orientação sexual de 2013 para 2016.

Todavia, e à semelhança de outras investigações realizadas (Marinho, Marques, Almeida, Menezes, & Guerra, 2004; Massey, 2009; Melo & Pelixo, 2013) é de salientar a multidimensionalidade do preconceito sexual que neste estudo é marcada pela expressão, maioritariamente, mais implícita ou subtil de preconceitos face a lésbicas e a *gays*. De facto, apesar das conceções mais tradicionais e patologizantes da homossexualidade continuarem, de forma significativa, presentes nas atitudes manifestadas pelos/as participantes do presente estudo, observámos que a maioria das suas respostas se pautam pela expressão de preconceitos implícitos e mais dissimulados. Tal está em concordância com o que seria expectável e foi já revelado pela investigação sobre as formas contemporâneas de preconceito, moldadas pela pressão das normas sociais para uma sociedade mais tolerante, inclusiva e plural (Gato et al., 2012; Marinho et al., 2004; Melo & Pelixo, 2013; Quiles del Castillo et al., 2003).

Face à influência do género na expressão de preconceito relativamente a pessoas não-heterossexuais e tendo em consideração as especificidades da amostra deste estudo, composta maioritariamente por mulheres, os resultados obtidos demonstraram que os homens expressam atitudes mais aversivas e com base no preconceito contra pessoas não heterossexuais, do que as mulheres. Tal, corrobora os resultados de diversas investigações (Gato et al., 2012; Marinho et al., 2004; Melo & Pelixo, 2013) que indicam que o sexo é um dos maiores preditores de preconceito sexual e que os homens são mais hostis em relação à homossexualidade do que as mulheres (Gato et al., 2012; Marinho et al., 2014; Melo & Pelixo, 2013). Como já

referido neste trabalho a propósito de questões associadas ao heterossexismo, o preconceito em função da orientação sexual está fortemente relacionado com crenças heteronormativas sobre papéis de género (masculinos e femininos), perante os quais a homossexualidade é vista como uma violação ou uma inversão dos mesmos (Alden & Parker, 2005; Herek, 2004; Junqueira, 2007; Rios, 2009). Neste sentido, para que consigamos compreender porque é que os homens, mais do que as mulheres, tendem a manifestar atitudes negativas face à homossexualidade, devemos ter em conta alguns aspetos, nomeadamente que “(...) os traços de personalidade e a aparência física, associados ao género, são definidos mais rigidamente para homens, do que para mulheres (...)” (Hort, Fagot, & Leinbach *cit. in* Kite & Whitley, 1996, p. 338); “As autorrepresentações de homens que não são tolerantes em relação à homossexualidade, enfatizam a sua masculinidade (...)”; pelo que, “(...)as atitudes de homens para com outros homens que violam os papéis de género (por exemplo, homens *gay*) serão particularmente negativas” (Kite & Whitley, 1996, p. 338).

Contudo, verificámos que de 2013 para 2016, tanto os participantes do género masculino como do género feminino, expressaram atitudes menos discriminatórias e/ou com base no preconceito sexual, salientando que as atitudes negativas manifestadas são, em ambas os anos, de carácter maioritariamente contemporâneo, subtil e dissimulado, o que vai ao encontro dos estudos sobre as novas formas de preconceito.

Quando analisadas as diferenças em função do ano de resposta e do género feminino encontramos diferenças significativas na expressão de atitudes de carácter mais aversivo e também mais subtil, manifestando-se no sentido de uma diminuição do preconceito em função da orientação sexual, de um ano para o outro.

Para além disso, as diferenças significativas encontradas na subescala Suporte indicam que as mulheres defendem e apoiam direito igualitários entre pessoas heterossexuais e não-heterossexuais, contudo a diminuição na manifestação de preconceito parece justificar uma menor necessidade de suporte de 2013 para 2016.

No que concerne às diferenças encontradas em função do ano de resposta e do género masculino, os homens diferem significativamente nas subescalas Homopatologização e Heterossexismo Moderno, ou seja, nas formas mais tradicionais e também nas mais subtis de preconceito, no sentido de uma menor manifestação de preconceito sexual de 2013 para 2016.

A idade dos/as participantes revelou que pessoas com idade igual ou superior a 35 anos apresentaram resultados mais elevados nas subescalas negativas e menor suporte à diversidade sexual e aos direitos igualitários. Contudo, é curioso verificar que apesar de, em ambos os anos, as pessoas mais jovens revelarem ser as que mais

apoiam luta pela igualdade e pelos direitos de pessoas lésbicas e *gays*, em 2016 são as que apresentam resultados mais elevados na subescala Rejeição da Proximidade.

No entanto, apenas foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, em 2016, na subescala Homopatologização, entre pessoas com idades entre os 24 e os 34 anos e pessoas com idade igual ou superior a 35 anos.

Os resultados parecem indicar que as pessoas mais velhas diferem significativamente dos/as participantes mais jovens, manifestando mais preconceito sexual nas suas formas tradicionais e hostis, a par de um menor suporte.

Estes resultados vão ao encontro dos resultados mais recentes obtidos pela *European Commission* (2015), no que respeita às atitudes face a pessoas lésbicas, *gays* e bissexuais, que revelam que as pessoas mais jovens expressam menos atitudes e crenças negativas relativamente à homossexualidade, nas mais diversas questões, como por exemplo igualdade de direitos, despatologização das identidades e dos relacionamentos não-heterossexuais, casamento entre pessoas do mesmo género, saber que um/uma candidato/a a um cargo político é homossexual/bissexual, trabalhar com pessoas não-heterossexuais, ter um/uma filho/a numa relação com alguém do mesmo género, visibilidade e demonstração pública de afeto por pessoas não-heterossexuais.

Nesta investigação, a escolaridade dos/as participantes revelou ser uma variável importante na expressão de atitudes e preconceito com base na orientação sexual. Maiores níveis de escolaridade tendem a estar relacionados com a manifestação de atitudes menos discriminatórias face a questões de orientação sexual. Contrariamente, pessoas com um menor nível de escolaridade parecem expressar atitudes mais aversivas e com base no preconceito sexual, revelando menores atitudes de suporte perante a homossexualidade e os direitos das pessoas não-heterossexuais. Tais resultados corroboram a análise da *European Commission* (2015, p. 51) acerca da influência da educação e da escolaridade na discriminação e no preconceito em função da orientação sexual na União Europeia.

Relativamente ao contacto interpessoal com pessoas não-heterossexuais, verificámos que os/as participantes que afirmaram ter relações familiares e/ou de amizade com pessoas lésbicas e/ou *gays*, manifestaram menos atitudes negativas e mais atitudes positivas e de suporte à diversidade sexual e aos direitos LGBT.

Os resultados obtidos vão ao encontro do que é descrito sobre o efeito do contacto interpessoal com pessoas não-heterossexuais, que confirmam que este é um preditor da expressão de atitudes menos negativas face à homossexualidade e que ter amigos ou familiares homossexuais influencia, não só as crenças pessoais sobre a homossexualidade, a valorização dos progressos obtidos pelas pessoas LGBT, como

a perspectiva, no sentido mais lato, do impacto da (ainda presente) discriminação sobre as minorias sexuais (European Commission, 2007, 2012, 2015; Gato et al., 2012; Massey, 2009).

Quando abordado o posicionamento político dos/as participantes, em ambos os anos, os participantes com um posicionamento de “Direita/Centro Direita” apresentaram avaliações, explícitas e implícitas, mais negativas, associadas a uma visão patológica e imoral da homossexualidade e fraca percepção da necessidade de apoio e suporte a questões de visibilidade, expressão de identidade(s) e direitos; por outro lado, os participantes com um posicionamento mais à “Esquerda/Centro Esquerda” apresentaram tendencialmente menos atitudes com base preconceito, quer nas suas formas mais tradicionais, quer no seu carácter mais contemporâneo, pautando-se por um maior apoio e suporte à comunidade LGBT. Tal vai ao encontro dos resultados encontrados em diversas investigações, como é o caso do estudo de Melo & Pelixo (2013).

Por seu lado, quando analisadas as diferenças entre as pessoas com um posicionamento político de “Esquerda/Centro Esquerda”, os resultados indicam que, de 2013 para 2016, estas diferem estatisticamente entre si, no sentido de uma diminuição do preconceito em função da orientação sexual e, conseqüentemente, de um menor suporte à causa LGBT.

Relativamente aos/às participantes com um posicionamento político de “Direita/Centro Direita”, também foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de 2013 e o de 2016, que apontam para uma diminuição do preconceito hostil e da patologização da homossexualidade.

As pessoas mais religiosas revelaram resultados mais elevados no que respeita a atitudes, explícitas e implícitas, com base no preconceito em função da orientação sexual, atitudes de rejeição/evitamento de contacto com pessoas lésbicas e gays. Por seu lado, as pessoas pouco religiosas manifestaram também atitudes de rejeição de proximidade a lésbicas e gays. Contrariamente, as pessoas nada religiosas revelaram mais atitudes pró-diversidade, de tolerância e suporte ao movimento e aos direitos LGBT.

Em suma, as pessoas mais religiosas ou com algum grau de religiosidade, expressam maior condenação e hostilidade perante a homossexualidade e, também preconceitos mais subtis, enraizados em crenças que colocam a homossexualidade ao nível da perversão, da imoralidade e da patologia, legitimados pelo heterossexismo cultural patente em sistemas, costumes e instituições sociais como é o caso da religião (Marinho et al., 2004; Melo & Pelixo, 2013).

Mediante a análise intragrupal do posicionamento religioso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre as pessoas que em 2013 e em 2016 se posicionaram enquanto “Pouco religiosas”. Estas diferenças permitem-nos afirmar que, na categoria “Pouco religioso/a”, o grupo de participantes de 2013 difere estatisticamente do grupo de participantes de 2016, no sentido de uma diminuição do preconceito em função da orientação sexual nas suas formas mais tradicionais e nas mais modernas.

Por último, mediante a análise global dos resultados de todas as variáveis em estudo, os resultados indicam que o decréscimo na manifestação explícita ou implícita de preconceito tem como consequência uma menor necessidade de suporte. Isto é, de acordo com os/as participantes, quanto maior for o preconceito percebido ou manifestado (explícita ou implicitamente), maior a necessidade de proteção, apoio e suporte à comunidade LGBT, e vice-versa. Face a estes resultados, Gato (2012) afirma que a crescente visibilidade e aceitação social das pessoas lésbicas e *gays* poderá conduzir-nos a crenças de que o preconceito e a discriminação em função da orientação sexual já não constituem um problema, de que ambos já foram totalmente (ou quase) erradicados, o que explica os resultados obtidos na subescala de suporte e apoio à diversidade sexual.

Conclusões gerais

O interesse da Psicologia pelo estudo do preconceito em função da orientação sexual, principalmente pelo preconceito, estigma e discriminação de que são alvo pessoas que se identificam como lésbicas e *gays*, tem vindo a aumentar ao longo das últimas décadas (Gato et al., 2011; Gato et al., 2014).

Todavia, até à década de 70 do século XX, a Psicologia teve um enorme impacto e sérias responsabilidades na manutenção da segregação de minorias sexuais, através da disseminação de uma visão patológica da homossexualidade e da estigmatização das sexualidades que não se enquadram na heteronorma (Saavedra & Ferreira, 2013).

De facto, ao longo do século XX emergem grandes temas ou marcos cruciais na perspetiva sobre a homossexualidade, resumidamente o cunhar do termo “homofobia”, por Weinberg em 1972, a patologização da homossexualidade e consequente tentativa de “cura” e supressão da mesma e, como pontos de viragem, a despatologização da homossexualidade, com a sua retirada do DSM, o crescente suporte empírico que alerta para a estigmatização de pessoas homossexuais, que condena as normas heterossexistas e que vem impulsionar o ativismo e a luta pelos direitos das pessoas homossexuais (Herek, 2010), a par das mudanças políticas e legislativas que, um pouco por tudo o mundo, vêm proteger e conceder um estatuto legal da homossexualidade e das relações homossexuais.

Em Portugal, dos vários fatores que afastaram o olhar científico e ativista sobre a homossexualidade e atrasaram a luta e a afirmação dos direitos LGBT, os mais apontados são o regime ditatorial vigente até 1974, as transformações políticas e no panorama social que se deram a passo lento, as influências normativas e de valores resultantes da adesão de Portugal à U.E., a pandemia de sida que “agitou” o movimento e ativismo LGBT (Saavedra & Ferreira, 2013; Vale de Almeida, 2010) e a fragilidade e escassez (ainda atual) dos movimentos associativos (Cascais, 2012) e da rede institucional de apoios para o próprio indivíduo e para a sua família nuclear (Saavedra & Ferreira, 2013).

De acordo com Carneiro (2006) somente nos anos de 1990, as questões relativas à homossexualidade começam finalmente a assumir visibilidade e a surgir ações coletivas com impactos políticos e sócio-culturais.

Contudo, a crescente visibilidade e aceitação social de lésbicas e *gays* poderão induzir crenças erróneas de que o preconceito e a discriminação contra pessoas não-heterossexuais, atualmente, não constituem um problema (Gato, 2012), estão já

erradicados, ou de que os progressos alcançados pelas pessoas LGBT no que respeita à igualdade sexual e de direitos, não justificam que nos debrucemos sobre estas questões (Gato & Fontaine, 2012).

Neste sentido, é importante salientar, primeiramente, que o preconceito contra as pessoas não heterossexuais tornou-se mais subtil, ou seja, assume atualmente formas menos explícitas, para se adaptar ou “escapar” às normas sociais igualitárias, coexistindo com as formas mais tradicionais de preconceito, de condenação moral e patologização da homossexualidade (Gato, 2012; Gato & Fontaine, 2012); em segundo lugar frisar que, o preconceito, mesmo que subtil, não deixa de ser preconceito.

Estudar a evolução do preconceito em Portugal, ainda que num curto período temporal, assim como a sua atual configuração, permitiu verificar que o preconceito em função da orientação sexual diminuiu de 2013 para 2016, manifestando-se maioritariamente através de formas mais subtis ou modernas. Tal manifestação de preconceito parece corroborar os resultados das investigações, como as de Melo & Pelixo (2013) que se debruçaram sobre a multidimensionalidade do preconceito, nas suas formas mais tradicionais e nas suas novas formas, contemporâneas.

Ao longo deste trabalho parece legítimo refletir sobre o facto de que qualquer investigação sobre minorias, sobre a “diferença”, parece contribuir para nomear ou reforçar essa dita “diferença”. Como afirma Junqueira (2007) existem “(...) mais de 70 diferentes teorias sobre causas da homossexualidade, sem se apresentarem iguais esforços para se descobrir as da heterossexualidade”. E quando se referem as causas, referem-se também as consequências, que se refletem numa sociedade que continua a expressar atitudes e comportamentos ancorados em crenças distorcidas, mitos, em termos como aversão, estigmatização e hostilidade para com as minorias sexuais. Deste modo, podemos utilizar como contra-argumento a necessidade de dar “voz” e visibilidade aos/às que vivem à margem de um desenvolvimento pleno e plural, aos/às que permanecem vítimas da discriminação e da exclusão protelada por uma sociedade pouco inclusiva e pró-diversidade.

É urgente uma cada vez maior visibilidade da comunidade LGBT, é necessário expor a luta, os progressos e as conquistas, mas também os recuos e a estagnação, o sofrimento e as vivências e as experiências psicológicas das pessoas não-heterossexuais e, o impacto das atitudes, por parte das pessoas heterossexuais, nestes processos. E esta “urgência” deve permanecer, fornecendo novas olhares e pistas essenciais para eliminar, ou (pelo menos) atenuar, as “diferenças”. Como refere Carneiro (2013, p. 45) a propósito da diversidade humana, devemos reconhecer a necessidade de “(...) pensar e agir contra a violência de não nos reconhecermos em

nós como mais plurais na diversidade humana, o que implica a aprendizagem e a afirmação de novos olhares a propósito do <<normativo>>, do <<maioritário>> ou do <<dominante>>. Não o fazermos é votarmo-nos a um reducionismo, sempre contrário à possibilidade de construirmos um mundo (mais) crítico. (...) Porque irmos sendo no humano não é senão irmos sendo na diversidade”.

Limitações do estudo

A apreciação e interpretação dos resultados deste estudo devem ser feitas tendo em conta as suas limitações, sendo uma delas o facto de que a amostra não pode ser considerada como representativa da população portuguesa em geral, dadas as disparidades na distribuição dos/as participantes do estudo pelas diferentes regiões do país.

Outra limitação tem a ver com o facto de se tratar de um estudo transversal, com participantes diferentes, pelo que não é possível assegurar realmente uma verdadeira diminuição do preconceito.

A própria amostra apresenta limitações ao nível da sua representatividade em termos do género dos/as participantes que, em ambos os anos, é maioritariamente feminino.

Por outro lado a variável sociodemográfica “idade” também apresenta limitações na sua representatividade, uma vez que em 2013 os/as respondentes são consideravelmente mais jovens do que em 2016.

A amostra também não se revela representativa no que respeita aos posicionamentos político (maioritariamente de “esquerda”) e religioso dos/as participantes (pessoas afirma ser, maioritariamente, “nada religiosas” ou “pouco religiosas”).

Outra das limitações desta investigação pode residir no facto de se ter contabilizado os/as participantes que afirmaram não saber se tinham familiares ou amigos não-heterossexuais, como não tendo contacto interpessoal com a comunidade LGBT.

Ademais, o instrumento de avaliação só é aplicável a pessoas heterossexuais e apenas avalia atitudes relativamente a lésbicas e a *gays*, sendo um pouco redutor face à diversidade sexual e de género.

Para além das limitações apresentadas, surgem todas as outras relacionadas com os constrangimentos inerentes e mais marcantes na recolha de dados *online*, como é o efeito da desejabilidade social nas respostas dos/as participantes, e a nível do “alcance” do instrumento, que levanta questões sobre a composição da amostra, nomeadamente, dado o carácter voluntário e aleatório da resposta ao instrumento de

avaliação, “quem são as pessoas que respondem?” e “qual a sua motivação para responder? Porque se identificam, positivamente, ou não, com o tema?”, “será que as características sociodemográficas dos/as participantes (como por exemplo, a idade ou os posicionamentos político e religioso) influenciam a sua participação na investigação e, como tal, explicam, em parte, a homogeneidade encontrada nas variáveis em estudo?”.

Sugestões para estudos futuros

Futuramente, seria importante replicar o presente estudo de forma a colmatar algumas das limitações apresentadas.

Visto que, tal como afirmam Gato et al. (2012) e os resultados deste estudo corroboram, “o sexo é um dos preditores mais poderosos das atitudes face a lésbicas e a gays, sendo as atitudes dos homens mais homofóbicas do que as das mulheres”, seria interessante, aprofundar e analisar resultados em função do género, relacionando-o com as variáveis sociodemográficas (idade, escolaridade, relações familiares e/ou de amizade com pessoas não-heterossexuais, posicionamento político e posicionamento religioso).

Seria também interessante a construção de um novo instrumento de avaliação ou a adaptação da EMAFLG de forma a que os itens que compõem o instrumento possam avaliar o preconceito face a lésbicas e o preconceito face a gays de forma independente ou distinta. Neste sentido, é de mencionar a existência de um estudo em curso, no âmbito do Mestrado em Psicologia, Especialização em Psicologia da Educação, na Universidade de Évora, que se pauta pela adaptação de um instrumento de avaliação psicológica que avalia, separadamente, atitudes face a lésbicas e atitudes face a gays.

Em concordância com a literatura consultada, parece crucial alargar a investigação científica e os próprios instrumentos de avaliação, tais como a EMAFLG, de forma a abarcar toda a diversidade no que respeita às sexualidades e identidades não-heterossexuais e, dentro delas, incluir as pessoas bissexuais. Pois tal como afirma Barker (2007, p. 107) *“bisexuality is rarely mentioned and, when it is, it is only included sporadically and not theorized in any depth (...). (...) this marginalization and exclusion of bisexuality and reliance on dichotomous models of sexual orientation risks perpetuating biphobia and models of mental health and psychotherapy which regard bisexuality as deviant or disorder”*.

É premente o desenvolvimento de mais instrumentos capazes de medir índices de preconceito com base na orientação sexual, de forma a promover o desenvolvimento de propostas que promovam o respeito à pluralidade sexual.

Paralelamente, é importante adaptar instrumentos já existentes à população portuguesa, dada a escassez de instrumentos de avaliação que se verifica nesta área.

É de salientar que a construção de instrumentos de avaliação psicológica de construtos como o preconceito deve ter em conta a sua multidimensionalidade, ou seja, os instrumentos deverão ser por si mesmos de carácter multidimensional, de forma a possibilita, por exemplo, a avaliação de novas formas emergentes de preconceito em função da orientação sexual.

Implicações para a prática

Sem desconsiderar os avanços e as mudanças nas atitudes face à homossexualidade, o preconceito e a discriminação em função da orientação sexual continuam a manifestar-se em Portugal e um pouco por todo o mundo (European Commission, 2007, 2012, 2015; Oliveira, 2010; Gato, 2012; Gato et al., 2012; ILGA-Portugal, 2014; Massey, 2009; Quiles del Castillo et al., 2003). Como tal, para além da investigação com base dados estatísticos que impulsiona a consciencialização da população relativamente incidência e às consequências do preconceito e discriminação, são urgentes mais programas e medidas de luta, desmistificação e desconstrução deste tipo de preconceito, enfatizando o papel crucial dos agentes educativos e psicossociais neste trabalho.

Deve ser reforçada a necessidade de sensibilização e formação de profissionais de áreas sociais, educativas e da saúde, entre tantas outras, para questões relacionadas com atitudes face à diversidade sexual (Gato & Fontaine, 2012).

Referências

- Adam, B. D. (1998). Theorizing homophobia. *Sexualities*, 1(4), 387-404.
- Adelman, M. (2000). Paradoxos da identidade: A política de orientação sexual no século XX. *Revista de Sociologia Política*, 14, 163-171.
- Alden, H. L., & Parker, K. F. (2005). Gender role ideology, homophobia and hate crime: Linking attitudes to macro-level antigay and lesbian hate crimes. *Deviant Behavior*, 26, 321-343.
- Allport, G. W. (1979). Formation of in-groups. In G. Allport, *The nature of prejudice: 25th anniversary edition* (pp. 29-47). Reading, MA: Addison-Wesley Publishing Company.
- Almeida, L. S., & Freire, T. (2008). *Metodologia de investigação em Psicologia e educação (5^a ed.)*. Braga: Psiquilibrios.
- American Psychiatric Association. (1952). *Diagnostic and statistical manual: Mental disorders (1st ed.)*. Washington, D.C.: Author.
- American Psychiatric Association. (1968). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (2nd ed.)*. Washington, D.C.: Author.
- American Psychiatric Association. (1973). *Homosexuality and sexual orientation disturbance: Proposed change in DSM-II (6th Printing, p. 44. Position statement (retired)*.
- American Psychological Association School Psychology (Division 16) & Society for the Psychological Study of Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Issues (Division 44). (2015). Key terms and concepts in understanding gender diversity and sexual orientation among students. Washington, D.C.: Author.
- Barker, M. (2007). Heteronormativity and the exclusion of bisexuality in psychology. In V. Clarke & E. Peel (Eds.), *Out in psychology: Lesbian, gay bisexual, trans, and queer perspectives* (pp. 86-118). Chichester, UK: Wiley.
- Belmonte, K. (2011). *Lesbian and bisexual identity in multiple ecological contexts*. (Unpublished master's thesis). State University of New York at New Paltz, New York.
- Bigler, M. O. (2000). *Generational differences among gay men in the coming out process, self-esteem, and HIV risk, prepared for the sexuality training and research program*. New York, NY: HIV Center for Clinical and Behavioral Studies.
- Bilodeau, B. L., & Renn, K. A. (2005). Analysis of LGBT identity development models and implications for practice. In R. L. Sanlo (Ed.), *Gender identity and sexual orientation: Research, policy, and personal perspectives* (pp. 25-39). San Francisco: Jossey-Bass.

- Bodenhausen, G. V., & Richeson, J. A. (2010). Prejudice, stereotyping and discrimination. In R. F. Baumeister & E. J. Finkel (Eds.), *Advanced social psychology: The state of the science* (pp. 341-383). New York: Oxford University Press.
- Brandão, A. M. (2000). *Sexualidades e identidades: Reflexões em torno de algumas questões de caráter epistemológico*, Trabalho apresentado em IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra.
- Brandão, A. M., & Machado, T. (2012). How equal is equality? Discussions about same-sex marriage in Portugal. *Sexualities*, 15(5/6), 662-678.
- Carneiro, N. S. (2006). *Ser, pertencer, participar: Construção da identidade homossexual, redes de apoio e participação comunitária*. (Dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Porto, Porto.
- Carneiro, N. S. (2009). "*Homossexualidades*". *Uma psicologia entre ser, pertencer e participar*. Porto: Livpsic.
- Carneiro, N. S. (2013). Contra a "violência de inexistir": Psicologia crítica e diversidade humana. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 40-47.
- Cascais, A. F. (2012). *Dos cravos ao bouquet: O casamento entre pessoas do mesmo sexo em Portugal*. Comunicação apresentada no VII Congresso Português de Sociologia da Universidade do Porto, Porto.
- Clarke, V., Ellis, S., Peel, E., & Riggs, D. (2010). *Lesbian, gay, bisexual, trans and queer psychology: An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Correia, R., & Melo, M. (2014). "Condenados ao armário": Um estudo sobre a gestão da visibilidade de gays, lésbicas e bissexuais. Comunicação apresentada no IX Congresso Iberoamericano de Psicologia / 2.º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses. Lisboa: 9-13 setembro 2014.
- Costa, C. G., Pereira, M., Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2010). Imagens sociais das pessoas LGBT. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 93-147). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Dasgupta, N., & Rivera, L. M. (2008). When social context matters: The influence of long-term contact and short-term exposure to admired outgroup members on implicit attitudes and behavioral intentions. *Social Cognition*, 1(26), 112-123.
- Dinis, N. (2011). Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. *Educar em Revista*, 39, 39-50.
- Dion, K. (2002). The social psychology of perceived prejudice and discrimination. *Canadian Psychology*, 43(1), 1-10.

- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (2000). Aversive racism and selection decisions: 1989 and 1999. *Psychological Science*, 11(4), 315-319.
- Dovidio, J. F., Gaertner, S. L., & Kawakami, K. (2003). Intergroup contact: The past, present, and the future. *Group Processes & Intergroup Relations*, 6(1), 5-21.
- Eliason, M., & Schope, R. (2007). Shifting sands or solid foundation? Lesbian, gay, bisexual, and transgender identity formation. In H. Meyer & M. E. Northbridge (Eds.), *The health of sexual minorities: Public health perspectives on lesbian, gay, bisexual and transgender population* (pp. 3-26). New York, NY: Springer.
- Espelt, E., Javaloy, F., & Cornejo, J. M. (2006). Las escalas de prejuicio manifiesto y sutil: Una o dos dimensiones? *Anales de Psicología*, 22(1), 81-88.
- European Commission. (2007). *Discrimination in the EU in 2007* (Special Eurobarometer 263). [Retrieved from: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_263_sum_en.pdf]
- European Commission. (2012). *Discrimination in the EU in 2012* (Special Eurobarometer 393). [Retrieved from: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_393_en.pdf]
- European Commission. (2015). *Discrimination in the EU in 2015* (Special Eurobarometer 437). [Retrieved from: <http://www.acm.gov.pt/-/discriminacao-na-uniao-europeia-eurobarometro2015-ja-disponivel-online>]
- European Union Agency for Fundamental Rights (2015). *Protection against discrimination on grounds of sexual orientation, gender identity and sex characteristics in the EU: Comparative legal analysis*. [Retrieved from: <http://fra.europa.eu/en/publication/2015/lgbti-comparative-legal-update2015>]
- Evans, M., & Barker, M. (2010). How do you see me? Coming out in counseling. *British Journal of Guidance & Counselling*, 38(4), 375-391.
- Fiske, S. T. (1993). Controlling other people: The impact of power on stereotyping. *American Psychologist*, 6(48), 621-628.
- Fiske, S. T. (2002). What we know about bias and intergroup conflict, the problem of the century. *Psychological Science*, 48(11), 123-128.
- Frazão, P., & Rosário, R. (2008). O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. *Análise Psicológica*, 1(26), 25-45.
- Fricke, K. (2010). The influence of society on queer identity development and classification. *The Vermont Connection*, 31, 37-45.
- Gato, J. (2012). Homofobia dos dois lados do atlântico: Atitudes negativas face a lésbicas e a gays em Portugal e no Brasil. *Passages de Paris*, 7, 105-121.

- Gato, J., Carneiro, N. S., & Fontaine, A. M. (2011). Contributo para uma revisão histórica e crítica do preconceito contra as pessoas não heterossexuais. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, 1(1), 139-167.
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2012). Atitudes face à diversidade sexual no contexto psicossocial, jurídico, da saúde e educativo. *Exedra*, 6, 81-103.
- Gato, J., Fontaine, A. M., & Carneiro, N. S. (2012). Escala multidimensional de atitudes face a lésbicas e a gays: Construção e validação preliminar. *Paidéia*, 22(51), 11-20.
- Gato, J., Fontaine, A. M., & Leme, V. B. (2014). Validação e adaptação transcultural da escala multidimensional de atitudes face a lésbicas e a gays. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 27(2), 257-271.
- Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102, 4-27.
- Herek, G. M. (2000). Homosexuality. In A. E. Kazdin (Ed.), *Encyclopedia of psychology* (pp. 149-153). Washington, DC: American Psychological Association & Oxford University Press.
- Herek, G. M. (2004). Beyond "homophobia": Thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. *Sexuality Research & Social Policy*, 1(2), 6-24.
- Herek, G. M. (2007). Confronting sexual stigma and prejudice: Theory and practice. *Journal of Social Issues*, 63(4), 905-925.
- Herek, G. M. (2010). Sexual orientation differences as deficits: Science and stigma in the history of American psychology. *Perspectives on Psychological Science*, 5(6), 693-699.
- ILGA-Portugal. (2012). *Relatório sobre a implementação da Recomendação CM/Rec(2010)5 do Comité de Ministros do Conselho da Europa aos Estados-membros sobre medidas para o combate à discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de género*. [Retirado de: <http://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/relatoriofinalrecCE.pdf>]
- ILGA-Portugal. (2013). *Observatório da discriminação em função da orientação sexual e identidade de género: Números da violência contra as pessoas LGBT*. [Retirado de: <http://ilga-portugal.pt/noticias/Noticias/relatorioOBSERVATORIOlgbt.pdf>]
- ILGA-Portugal. (2014). *Observatório da discriminação em função da orientação sexual e identidade de género: Números da violência contra as pessoas LGBT*. [Retirado de: <http://www.ilga-portugal.pt/noticias/Noticias/relatorioObservatorio2014.pdf>]
- Jenkins, W. (2010). Can anyone tell me why I'm gay? What research suggests regarding the origins of sexual orientation. *North American Journal of Psychology*, 12(2), 279-296.

- Jost, J. T., & Hamilton, D. L. (2005). Stereotypes in our culture. In J. F. Dovidio, P. Glick & L. A. Rudman (Eds.), *On the nature of prejudice: Fifty years after Allport* (pp. 208-224). Oxford: Blackwell.
- Junqueira, R. (2007). Homofobia: Limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas*, 1, 1-22.
- Kertzner, R. M., Meyer, I. H., Frost, D. M., & Stirratt, M. J. (2009). Social and psychological well-being in lesbians, gay men, and bisexuals: The effects of race, gender, age and sexual identity. *American Journal of Orthopsychiatry*, 79(4), 500-510.
- Kite, M. E., & Whitley, B. E., Jr. (1996). Sex differences in attitudes toward homosexual persons, behaviors, and civil rights: A meta-analysis. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22(4), 336-353.
- Krolikowski, A. (2011). The influence of subtle and blatant prejudice on group identity. *The Spectrum: A Scholars Day Journal*, 1, 1-47. [Retrieved from: http://digitalcommons.brockport.edu/spectrum/vol1/iss1/5/?utm_source=digitalcommons.brockport.edu%2Fspectrum%2Fvol1%2Fiss1%2F5&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages]
- Lasser, J., Ryser, G., & Price, L. (2010). Development of a lesbian, gay, bisexual, visibility management scale. *Journal of Adolescence*, 26, 415-428.
- Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90.
- Maroco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS statistics (5ª. Ed.)*. Pero Pinheiro: ReportNumber.
- Marinho, C. A., Marques, E. F., Almeida, D. R., Menezes, A. R., & Guerra, V. M. (2004). Adaptação da escala de homofobia implícita e explícita ao contexto brasileiro. *Paidéia*, 14(29), 371-379.
- Marshall, J. M., & Hernandez, F. (2012). "I would not consider myself a homophobe": Learning and teaching about sexual orientation in a principal preparation program. *Educational Administration Quarterly*, 20(10), 1-38.
- Massey, S. G. (2009). Polymorphous prejudice: Liberating the measurement of heterosexuals' attitudes toward lesbians and gay men. *Journal of Homosexuality*, 56(2), 147-172.
- Matias, D. (2007). Psicologia e orientação sexual: Realidades em transformação. *Análise Psicológica*, 1(25), 149-152.
- McCoy, S. K., & Major, B. (2003). Group identification moderates emotional responses to perceived prejudice. *Society for Personality and Social Psychology*, 29(8), 1005-1017.

- Melo, M., & Pelixo, P. (2013). Desde que eles não mostrem: Perspetivas de professores/as sobre orientação sexual e identidades LGBT. In A. Pereira, M. Calheiros, P. Vagos, I. Direito, S. Monteiro, C. Fernandes da Silva, & A. Allen Gomes (Orgs.), *Livro de Atas do VIII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 194-204). Aveiro: Associação Portuguesa de Psicologia.
- Menezes, I., & Costa, M. E. (1992). Amor entre iguais: A psicoterapia da diferença. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 8, 79-84.
- Moita, G. (2001). *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico: A homossexualidade dos dois lados do espelho*. (Dissertação de doutoramento não publicada). Universidade do Porto: Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Porto.
- Moleiro, C., Pinto, N., & Pereira, H. (2012). Saúde e bem-estar individual, familiar e social de pessoas LGBT. *Psicologia*, 26(1), 7-15.
- Morais, A. (2016). Gestão da visibilidade LGB no contexto do ensino superior. (Tese de mestrado não publicada). Universidade de Évora, Évora.
- Moral, J., & Valle, A. (2013). About the subtle and the manifest in the ATLG scale. *Journal of Behavior*, 5(2), 103-116.
- Morin, S. F. (1977). Heterosexual bias in psychological research on lesbianism and male homosexuality. *American Psychologist*, 32, 117-128.
- Oliveira, J. M. (2010). Orientação sexual e identidade de género na psicologia: Notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 19-44). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Oliveira, J. M., Pereira, M., Costa, C. G., & Nogueira, C. (2010). Pessoas LGBT: Identidades e discriminação. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 149-210). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2013). *Relatório de evidência científica psicológica sobre relações familiares e desenvolvimento infantil nas famílias homoparentais*. Lisboa: Autor.
- Ordem dos Advogados. (2012). *Parecer da Ordem dos Advogados sobre o Projeto-lei n.º 278/XII/1ª (PS), consagrando a possibilidade de coadoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo*. [Retirado de: https://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=5&idsc=115187&ida=124343]

- Ordem dos Advogados. (2014). *Parecer sobre o Projeto-Lei n.º 656/XII/4.ª, apresentado pelo BE, que visa aprovar a “Eliminação da impossibilidade legal de adoção por casais do mesmo sexo (primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio e segunda alteração à Lei n.º 7/2001 de 11 de maio)*. [Retirado de: https://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=5&idsc=135578&ida=138761]
- Patterson, C. J. (1995). Sexual orientation and human development: An overview. *Developmental Psychology*, 31(1), 3-11.
- Pereira, H., Leal, I., & Maroco, J. (2010). Measuring sexual orientation of a portuguese gay, lesbian and bisexual internet sample. *Psychology of Sexualities Review*, 1(1), 74-84.
- Pettigrew, T. F. (1998). Intergroup contact theory. *Annual Review of Psychology*, 49, 65-85.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Quiles del Castillo, M. N., Rodríguez, V., Torres, R., Pérez, A., & Martel, E. (2003). La medida de la homofobia manifiesta y sutil. *Psicothema*, 15(2), 197-204.
- Retelle, E. (2011). First-year principal encounters homophobia. *Journal of Cases in Educational Leadership*, 14(2), 61-69.
- Rios, R. (2009). Homofobia na perspetiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre o preconceito e discriminação. In R. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 52-83). Brasília: Secad/MEC e UNESCO.
- Ritter, K., & Terndrup, A. (2002). *Handbok of affirmative psychotherapy with lesbians and gay men*. New York: The Guilford Press.
- Robertson, P. K. (2004). The historical effects of depathologizing homosexuality on the practice of counseling. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, 12(2), 163-169.
- Rodrigues, L., Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2015). Discriminação contra jovens lésbicas em contexto escolar. *Latitude*, 1(9), 55-71.
- Saavedra, L., & Ferreira, A. (2013). A reconstrução identitária das figuras parentais no *coming out* dos filhos e filhas: Sugestões para a intervenção. *Revista Iberoamericana de Salud y Ciudadania*, 2(2), 140-159.
- Samis, S. M. (1995). *“An injury to one is an injury to all”: Heterosexism, homophobia and antigay/lesbian violence in greater Vancouver*. (Unpublished master’s thesis). Simon Fraser University, Vancouver: Canada.
- Schneider, D. (2004). *The psychology of stereotyping*. New York: Guilford Press.

- Sisneros, J., Stakeman, C., Joyner, M. C., & Schmitz, C. L. (2008). *Critical multicultural social work* (pp. 20-37). Chicago, IL: Lyceum Books, Inc.
- Troiden, R. R. (1979). Becoming homosexual: A model of gay identity acquisition. *Psychiatry*, 42, 288-299.
- Vale de Almeida, M. (2010). O contexto LGBT em Portugal. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 45-92). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Vogt, W. P. (1997). *Tolerance & education: Learning to live with diversity and difference*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Weinstein, N., Ryan, W. S., DeHaan, C. R., Przybylski, A. K., Legate, N., & Ryan, R. M. (2012). Parental autonomy support and discrepancies between implicit and explicit sexual identities: Dynamics of self-acceptance and defense. *Journal of Personality and Social Psychological*, 102(4), 815-832.
- Whitley, B. E., & Kite, M. E. (2010). *The psychology of prejudice and discrimination* (2nd ed.). Belmont, CA: Thomson Wadsworth.

Legislação

- Lei n.º 7/2001 de 11 de maio. Adota medidas de proteção das uniões de facto. *Diário da República*, 1.ª série A – N.º 109. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 9/2010 de 31 de maio. Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. *Diário da República*, 1.ª série – N.º 105. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 2/2016 de 29 de fevereiro. Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, à primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio, à vigésima terceira alteração ao Código do Registo Civil, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 131/95, de 6 de junho, e à primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 121/2010, de 27 de outubro. *Diário da República*, 1.ª série – N.º 41 – 29. Lisboa: Assembleia da República.

Anexos

Anexo I – Instrumentos: Questionário de Caracterização Sociodemográfica e Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays

(Gato, Fontaine, & Carneiro, 2012)

Protocolo de investigação

Gostaria de solicitar a sua colaboração para participar numa investigação, através do questionário que, de seguida, será apresentado.

O objetivo da investigação consiste no estudo de opiniões/attitudes relativamente a pessoas lésbicas e gays.

A sua participação é voluntária e confidencial e, como tal, é pedido que não se identifique em nenhuma parte do questionário.

Os dados recolhidos terão como única finalidade a realização da investigação.

Peço-lhe que seja verdadeiro/a e sincero/a nas suas respostas. Não existem respostas certas ou erradas, pelo que deve responder, de acordo com a sua opinião, a cada uma das questões apresentadas.

É importante que responda a todas as questões para que o questionário seja válido.

Por favor, responda apenas uma vez ao questionário.

Agradeço desde já a sua disponibilidade e colaboração. Para esclarecimento de dúvidas ou questões, por favor, contacte patricia.henriques345@gmail.com.

Obrigada pela sua participação,

Patrícia Bota

Questionário Sociodemográfico

1. Idade _____

2. Local de residência atual

(Por favor, escolha uma das opções)

Açores	Leiria
Aveiro	Lisboa
Beja	Madeira
Braga	Portalegre
Bragança	Porto
Castelo Branco	Santarém
Coimbra	Setúbal
Évora	Viana do Castelo
Faro	Vila Real
Guarda	Viseu

3. Escolaridade

(Assinale uma opção, de acordo com as suas habilitações literárias, mesmo que não tenha completado o ciclo correspondente)

1.º ciclo (1.º, 2.º, 3.º, 4.º ano de escolaridade)

2.º ciclo (5.º e 6.º ano de escolaridade)

3.º ciclo (7.º, 8.º e 9.º ano de escolaridade)

Ensino Secundário (10.º, 11.º e 12.º ano de escolaridade)

Curso de Especialização Tecnológica

Ensino Superior

4. Situação profissional

(Assinale a/as opção/opções que mais se adequam à sua situação)

Estudante

Empregado/a

Desempregado/a

Reformado/a

Outra situação

5. Caso tenha assinalado o item “outra situação”, por favor, especifique.

6. Género

Feminino

Masculino

7. Orientação sexual

Bissexual

Heterossexual

Homossexual

Indeciso/a

Outra

8. Atualmente, está numa relação amorosa que considere estável?

Sim

Não

Não sei

9. Se sim, mantém uma relação conjugal com essa pessoa (ou seja, vive com essa pessoa)?

Sim

Não

10. A pessoa com quem mantém uma relação amorosa/conjugal é:

Do mesmo género

Do género oposto

11. Tem filhos/as?

Sim
Não

12. Tem relação familiares/de amizade com pessoas lésbicas e/ou gays?

Sim
Não
Não sei

13. Posicionamento político

Por favor, assinale de acordo com o que considera ser o seu posicionamento em termos políticos.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Extrema esquerda											Extrema direita

14. Posicionamento político

Por favor, assinale de acordo com o que considera ser o seu posicionamento religioso.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Nada religioso/a											Muito religioso/a

Escala Multidimensional de Atitudes face a Lésbicas e a Gays (Gato, Fontaine, & Carneiro, 2012)

Por favor, responda a todas as afirmações, de acordo com a seguinte escala:

- 1 - Discordo completamente
- 2 - Discordo muito
- 3 - Discordo um pouco
- 4 - Concordo um pouco
- 5 - Concordo muito
- 6 - Concordo completamente

	1	2	3	4	5	6	
Discordo completamente							Concordo completamente

- 1. Para mim é igual se os meus amigos são heterossexuais ou homossexuais.
- 2. A homossexualidade é uma perturbação psicológica.
- 3. Acredito que os pais e as mães homossexuais são tão competentes como os pais heterossexuais.
- 4. Os gays e as lésbicas enervam-me.
- 5. A legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo abalou os princípios fundamentais da sociedade.

6. A homossexualidade é uma forma inferior de sexualidade.
7. Se fosse pai ou mãe, aceitaria se o meu filho ou a minha filha fosse homossexual.
8. Ser criado num lar homossexual é bastante diferente de ser criado num lar heterossexual.
9. Um programa escolar de educação sexual deveria referir-se a todas as orientações sexuais.
10. A crescente aceitação da homossexualidade na nossa sociedade está a contribuir para a deterioração dos valores morais.
 11. As organizações que promovem os direitos dos homossexuais são necessárias.
 12. Hesitaria em apoiar pessoas homossexuais com medo de ser confundido/a com elas.
 13. Os casais do mesmo sexo deviam, tal como os casais heterossexuais, poder adotar crianças.
 14. As pessoas que assumem a sua homossexualidade devem ser admiradas pela sua coragem.
 15. Não me importo que uma empresa contrate uma figura pública abertamente homossexual para fazer publicidade aos seus produtos.
 16. Não me importaria de trabalhar com uma pessoa que fosse homossexual.
 17. As lésbicas e o gays ainda precisam de lutar por direitos iguais.
 18. Sentir-me-ia desconfortável se soubesse que o professor ou a professora de um filho meu ou de uma filha minha era homossexual.
 19. Celebrações como o “dia do orgulho gay” são ridículas porque assumem que a orientação sexual deve constituir um motivo de orgulho.
 20. Se realmente quisessem, as lésbicas e os gays poderiam ser heterossexuais.
 21. Sentir-me-ia pouco à vontade se descobrisse que o meu médico ou a minha médica não era heterossexual.
 22. As lésbicas e os gays deviam submeter-se a terapia para mudar a sua orientação sexual.
 23. Sinto que não se pode confiar numa pessoa que é homossexual.
 24. Não votaria num/a candidato/a homossexual nas eleições.
 25. Quando ouço falar numa relação amorosa, parto do princípio que são duas pessoas do sexo oposto.
 26. Os gays e as lésbicas deviam parar de impingir o seu estilo de vida aos outros.
 27. Vejo o movimento gay como algo de positivo.

Anexo II – Dados de caracterização sociodemográfica

Residência Atual			
	2013	2016	Amostra total
Açores	3 (0,8%)	2 (0,6%)	5 = 0,7%
Aveiro	35 (9,5%)	16 (5,1%)	51 = 7,5%
Beja	21 (5,7%)	15 (4,8%)	36 = 5,3%
Braga	3 (0,8%)	7 (2,2%)	10 = 1,5%
Bragança	2 (0,5%)	1 (0,3%)	3 = 0,4%
Castelo Branco	2 (0,5%)	3 (1%)	5 = 0,7%
Coimbra	9 (2,4%)	12 (3,8%)	21 = 3,1%
Évora	117 (31,7%)	104 (33%)	221 = 32,3%
Faro	46 (12,5%)	17 (5,4%)	63 = 9,2%
Guarda	1 (0,3%)	1 (0,3%)	2 = 0,3%
Leiria	4 (1,1%)	6 (1,9%)	10 = 1,5%
Lisboa	72 (19,5%)	70 (22,2%)	142 = 20,8%
Madeira	5 (1,4%)	2 (0,6%)	7 = 1%
Portalegre	11 (3%)	7 (2,2%)	18 = 2,6%
Porto	6 (1,6%)	14 (4,4%)	20 = 2,9%
Santarém	10 (2,7%)	15 (4,8%)	25 = 3,7%
Setúbal	17 (4,6%)	19 (6%)	36 = 5,3%
Viana do Castelo	0 (0%)	2 (0,6%)	2 = 0,3%
Viseu	5 (1,4%)	2 (0,6%)	7 = 1%

Escolaridade			
	2013	2016	Amostra total
1.º ciclo	1 (0,3%)	1 (0,3%)	2 (0,3%)
2.º ciclo	2 (0,5%)	0 (0%)	2 (0,3%)
3.º ciclo	14 (3,8%)	9 (2,9%)	23 (3,4%)
Ensino Secundário	78 (21,1%)	43 (13,7)	121 (17,7%)
Curso de Especialização Tecnológica	12 (3,3%)	15 (4,8%)	27 (3,9%)
Ensino Superior	262 (71%)	247 (78,4%)	509 (74,4%)

Situação Profissional			
	2013	2016	Amostra total
Estudante	151 (40,9%)	45 (14,3%)	196 (28,7%)
Empregado/a	143 (38,8%)	203 (64,4%)	346 (50,6%)
Trabalhador/a-estudante	18 (4,9%)	13 (4,1%)	31 (4,5%)
Desempregado/a	49 (13,3%)	40 (12,7%)	89 (13%)
Reformado/a	1 (0,3%)	5 (1,6%)	6 (0,9%)
Outra Situação	7 (1,9%)	9 (2,9%)	16 (2,3%)

Outra Situação Profissional			
	2013	2016	Amostra total
<i>Freelancer</i> /Trabalhador/a independente	3 (0,8%)	5 (1,6%)	8 (1,2%)
Estagiário/a	3 (0,8%)	2 (0,6%)	5 (0,7%)
Licença sabática	1 (0,3%)	0 (0%)	1 (0,1%)
Doméstico/a	0 (0%)	1 (0,3%)	1 (0,1%)
Licença sem vencimento	0 (0%)	1 (0,3%)	1 (0,1%)

Relação amorosa estável			
	2013	2016	Amostra total
Sim	219 (59,3%)	214 (67,9%)	433 (63,3%)
Não	139 (37,7%)	89 (28,3%)	228 (33,3%)
Não sei	11 (3%)	12 (3,8%)	23 (3,4%)

Relação Conjugal			
	2013	2016	Amostra total
Sim	111 (30,1%)	157 (49,8%)	268 (39,2%)
Não	145 (39,3%)	86 (27,3%)	231 (33,8%)
Não se aplica	113 (30,6%)	72 (22,9%)	185 (27%)

Filhos/as			
	2013	2016	Amostra total
Sim	66 (17,9%)	103 (32,7%)	169 (24,7%)
Não	303 (82,1%)	212 (67,3%)	515 (75,3%)